



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria de Defesa Agropecuária

Departamento de Saúde Animal

Ferramenta de Avaliação da Qualidade dos Serviços Veterinários



Programa de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento dos Serviços Veterinários

Brasília, [versão abril de 2022](#)

1.1. Recursos humanos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
1.1.1. Quantitativo, jornada e distribuição Quadro adequado de pessoal do SV de modo a permitir que as funções técnicas e administrativas em geral sejam desempenhadas efetiva e eficientemente	1 O SV não dispõe de quantitativo e distribuição adequada de pessoal para o atendimento às demandas do serviço .	1. Quantos médicos veterinários, apoio técnico e administrativo existem na sede e unidades descentralizadas? 2. Como é a distribuição dos servidores nas UC, URs, UVLs, EACs, PF? Verificar se a distribuição dos servidores está adequada às demandas. O quadro de servidores atende as necessidades da instituição, segundo a percepção na UC? 3. Qual jornada de trabalho na sede e unidades descentralizadas (UVLs, EACs e Postos fixos)? Verificar se é compatível com a demanda de serviço/atividades e atendimento ao público tanto na UC quanto UVLs e postos fixos? 4. Trabalham exclusivamente no órgão de defesa sanitária animal? 5. Trabalham exclusivamente em saúde animal? 6. Houve concurso e há previsão para realização visando atender a demanda do SV? 7. Possui política de reposição e localização dos servidores e aplica critérios para as remoções? 8. O quadro de servidores atende as necessidades da instituição? (Obs: Os auditores devem ir coletando informações ao longo da auditoria, para chegar a uma conclusão final-atendimento das demandas de pessoal). Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV
	2 O SV não dispõe do quantitativo ou da distribuição adequada de pessoal para atendimento às demandas do serviço.	
	3 O SV tem o quantitativo, distribuição e jornada de trabalho para atendimento às demandas do serviço, porém com deficiências em alguns destes requisitos.	
	4 O SV tem o quantitativo, distribuição e jornada de trabalho adequadas de pessoal, compatíveis com as demandas do serviço.	
	5 O SV tem o quantitativo, distribuição e jornadas adequadas de pessoal, compatíveis com as demandas do serviço e possui política de reposição e distribuição e aplica critérios para as remoções.	

1.1. Recursos humanos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
1.1.2. Estabilidade das estruturas e sustentabilidade das políticas sanitárias Capacidade da estrutura e/ou liderança do SV para implementar e sustentar políticas de atuação ao longo do tempo	1 O quadro de pessoal e/ou gestão do SV sofre mudanças substanciais com frequência (ex. anualmente), resultando em ausência de sustentabilidade das políticas do setor. O quadro funcional tem baixa participação de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. O nível de rotatividade do quadro de servidores é alto.	1. Qual o vínculo predominante do pessoal da defesa sanitária animal (com vínculo efetivo, ou temporários, ou que não são da entidade)? 2. As nomeações para cargos de comando (gestores) nos diversos níveis seguem critérios previamente definidos e instituídos oficialmente, mesmo que internamente (portaria ou algo similar)? 3. Ocorre muita rotatividade (tempo médio de permanência nas funções)? 4. Qual a perspectiva de sustentabilidade do quadro de servidores? (Qual a porcentagem de MVs, Aux. Técnicos e administrativos que possuem tempo para aposentadoria nos próximos 5 anos)? 5. São oferecidos incentivos aos servidores pela instituição (plano de carreira, benefícios, gratificações por produtividade, outros)? 6. Há algum processo de avaliação formal (ex: auditorias, supervisões, grupos de trabalho) que permitam a avaliação do desempenho técnico e funcional dos servidores? 7. Há evidências de descontinuidade ou alterações negativas no desenvolvimento de atividades do órgão causadas por mudanças na gestão/coordenação sem critérios adequados?
	2 O quadro de pessoal e/ou gestão do SV sofre mudanças substanciais, sujeito a interferências políticas, com efeitos negativos na sustentabilidade das políticas do setor. O quadro funcional tem predominância de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. As condições oferecidas aos servidores são razoáveis, porém não garantem a estabilidade e ainda há significativa rotatividade do quadro de servidores.	
	3 O quadro de pessoal e/ou gestão do SV dificilmente passa por mudanças substanciais, mas essa estabilidade não tem impacto positivo na sustentabilidade das políticas do setor e está sujeito a interferências políticas. O quadro funcional tem predominância de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. As condições oferecidas aos servidores garantem a estabilidade e há pouca rotatividade do quadro de pessoal.	
	4 As mudanças no quadro de pessoal e/ou na gestão do SV ocorre de forma fundamentada e independente de mudanças políticas, com pouco ou nenhum efeito na sustentabilidade das políticas do setor. O quadro funcional tem alta predominância de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. As condições oferecidas aos servidores são compatíveis, garantem a estabilidade e diminui a rotatividade do quadro de servidores.	
	5 O quadro de pessoal e/ou a gestão do SV geralmente permanece(m) estável (is). Modificações são baseadas em um processo de avaliação, com efeito positivo na sustentabilidade das políticas do setor. O quadro funcional tem alta predominância de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. As condições oferecidas aos servidores são atrativas, garantem a estabilidade e atraem os servidores.	

1.1. Recursos humanos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>1.1.3. Capacitação técnica e educação continuada</p> <p>Capacidade do SV de manter e melhorar as competências de seu quadro de pessoal - implementação de um programa relevante de treinamento regular nos diversos temas de interesse</p>	<p>1 Os servidores (veterinários, técnicos e administrativos) não têm acesso a cursos de capacitação na sua área de atuação.</p>	<p>1. Existe um programa de capacitação técnica do pessoal para exercício das funções? O programa é elaborado em consonância com as necessidades do órgão? O programa abrange temas de perspectivas futuras ?</p>
	<p>2 Os servidores (veterinários, técnicos e administrativos) têm acesso a cursos de capacitação esporádicos e/ou não relacionados com sua área de atuação, sem critérios definidos para participação, não atendendo as carências de capacitação, para atendimento das demandas do órgão.</p>	<p>2. Após concurso ou contratação ou mudança de função há programa de treinamento específico para início das funções?</p>
	<p>3 Os servidores (veterinários, técnicos e administrativos) têm acesso a cursos de capacitação esporádicos e/ou não relacionados a sua área de atuação, sem critérios definidos para participação, atendendo parte dos programas sanitários de interesse econômico do estado.</p>	<p>3. Foram realizados cursos de capacitação relacionados à defesa sanitária e com as funções exercidas (finalísticas)? Verificar, se houver: Lista de programas de formação; registro do conteúdo dos cursos; lista de participantes; resultados dos programas de formação (ex. avaliações) ?</p>
	<p>4 Os servidores (veterinários, técnicos e administrativos) têm acesso a cursos de capacitação relacionados a sua área de atuação, com critérios definidos para participação, dentro de um programa de capacitação organizado atendendo todos os programas sanitários de interesse econômico do estado.</p>	<p>4. Há procedimentos para gestão da educação continuada em consonância com as atribuições do órgão (por ex., avaliação das necessidades, seleção de participantes)?</p>
	<p>5 Os SV têm programa atualizado de capacitação de curta e longa duração, com critérios definidos para participação, planejado para atender as demandas atuais e futuras do órgão, implementado para área técnica e administrativa e é objeto de avaliação regular da sua efetividade.</p>	<p>5. Qual critério de seleção dos participantes das capacitações técnicas?</p> <p>6. Há evidência de avaliação de desempenho, retroalimentação e atualização de planos de formação para as áreas técnicas e administrativas?</p>

1.1. Recursos humanos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>1.1.4. Competência e independência técnica</p> <p>Capacidade do SV para desempenhar suas atribuições técnicas eficientemente - medida pela qualificação de seu quadro - com autonomia e livre de influências comerciais, financeiras, hierárquicas e políticas que possam afetar as decisões técnicas de uma forma que contrarie as disposições da OIE (e do Acordo SPS da OMC, quando pertinente)</p>	<p>1 As decisões e ações tomadas pelo SV não são fundamentadas em bases científicas e legais.</p>	<p>1. Evidências de interferência ou tentativa de interferência política ou administrativa e/ou judicialização de processos no desempenho das atividades (de forma técnica e no cumprimento da legislação)? Por ex.: entrada de animais em recintos com aglomerações sem exames, desinterdição de propriedades com descumprimento da legislação, dentre outros.</p>
	<p>2 As decisões e ações tomadas pelo SV geralmente são fundamentadas nas normas estabelecidas, porém sofrem frequentes interferências de fatores alheios à base técnica.</p>	<p>2. Houve processo de elaboração e revogação de atos normativos durante os últimos anos que sofreram interferências políticas ou externas?</p>
	<p>3 As decisões e ações tomadas pelo SV são fundamentadas nas normas estabelecidas, porém sofrem interferências de fatores alheios à base técnica de forma eventual.</p>	<p>3. Evidências de trabalho executado pelos servidores fora da esfera do órgão, com caracterização de conflito de interesse?</p>
	<p>4 O SV desempenha suas atribuições com autonomia e livre de influências comerciais, financeiras, hierárquicas e políticas que possam afetar as decisões técnicas de uma forma que contrarie os princípios técnicos e legais. O SV dispõe de arcabouço de procedimentos e normas baseando-se em conhecimentos técnicos.</p>	<p>4. Evidências que o SV revisa periodicamente seu arcabouço de procedimentos e normas baseando-se em conhecimentos científicos e dados atuais, com apoio de profissionais da academia (peritos, experts, etc).</p>
	<p>5 O SV desempenha suas atribuições com autonomia e livre de influências comerciais, financeiras, hierárquicas e políticas que possam afetar as decisões técnicas de uma forma que contrarie os princípios técnicos e legais. O SV dispõe e revisa periodicamente seu arcabouço de procedimentos e normas contando com apoio de experts e com base nos conhecimentos científicos e dados atuais.</p>	<p>5. A indicação para ocupação de cargos técnicos observa a formação profissional adequada ao desempenho das funções? (Exemplo: cargos de gerência, direção e coordenação técnica no nível central, chefias de níveis regional e local)</p>

1.2. Recursos físicos		Níveis de avanço	Fontes de verificação
1.2.1. Instalações Disponibilidade de instalações adequadas para seu pleno funcionamento e execução de atividades e operações	1	A disponibilidade de unidades não atende às necessidades de execução de atividades e operações. As instalações físicas e mobiliário da maioria das unidades não oferecem condições de trabalho aos servidores em termos de espaço, conforto e conservação, apresentação externa, localização ou condições favoráveis para o atendimento ao público.	<p>1. Condição das instalações (UC; URs; UVLs; PFs) quanto a espaço, distribuição, conservação, localização, acessibilidade, identificação. Imóvel próprio, alugado ou cedido por alguma entidade que possa gerar conflito de interesse?</p> <p>2. Condições de trabalho e condições de atendimento ao público? Existência de local para limpeza de materiais que vieram do campo?</p> <p>3. O mobiliário é adequado e suficiente? Há um planejamento para manutenção das instalações (ar condicionado, parte elétrica, pintura, outros)</p> <p>4. A apresentação externa do escritório é adequada?</p> <p>5. Há plano para estruturação e adequação das unidades?</p> <p>6. O quantitativo e a distribuição de unidades (capilaridade) vem aumentando ou reduzindo?</p> <p>7. O número de unidades garante boa capilaridade?</p> <p>8. Houve alteração no número de unidades nos últimos 2 anos? Se sim, justificar.</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>
	2	A disponibilidade de unidades não atende às necessidades de execução de atividades e operações. As instalações físicas e mobiliário das unidades oferecem condições regulares de trabalho aos servidores, no entanto a maioria necessita de melhorias em termos de espaço, conforto, conservação, limpeza, localização ou condições favoráveis para o atendimento ao público. Não existe programação para manutenção das instalações.	
	3	A disponibilidade de unidades atende com alguma deficiência às necessidades de execução de atividades e operações. As instalações físicas e mobiliário oferecem boas condições de trabalho aos servidores e atendimento ao público, mas não é o caso para todas as unidades (UC, UVLs, EACs e PF). Manutenção das instalações ocorre apenas eventualmente.	
	4	A disponibilidade de unidades atende às necessidades de execução de atividades e operações. As instalações físicas e mobiliário da UC e da maioria das UVLs, EACs e postos oferecem boas condições de trabalho aos servidores em termos de espaço, conforto, conservação, apresentação externa, localização ou condições favoráveis para o atendimento ao público. Manutenção das instalações é feita regularmente.	
	5	A disponibilidade de unidades atende às necessidades de execução de atividades e operações. As instalações físicas e mobiliário de todas as unidades oferecem condições adequadas de trabalho aos servidores em termos de espaço, conforto, conservação, apresentação externa, localização e condições favoráveis para o atendimento ao público. Há plano de estruturação, adequação e manutenção nas instalações e recursos físicos das unidades do órgão.	

1.2. Recursos físicos		Níveis de avanço	Fontes de verificação
1.2.2. Equipamentos e acesso à comunicação Disponibilidade de recursos relacionados a toda forma de comunicação, telecomunicação, informática, etc	1	Não há sistema de comunicação e equipamentos adequados e em condições de uso em todas as unidades.	<p>1. Qual a condição da comunicação nos níveis regional e local (internet, equipamentos: telefones, VOIPs, computadores, tablets, impressoras, impressoras portáteis, scanner, GPS, malotes, etc; insumos: cartuchos, papel, etc); distribuição, acesso, custeio, manutenção?</p> <p>2. Há limitações e/ou restrições de uso dos dispositivos para comunicação que comprometam as atividades técnicas?</p> <p>3. O SV dispõe de facilidade de uso de mecanismos de comunicação com o público externo e vice-versa?</p> <p>4. Há algum plano de atualização dos meios de comunicação frente a avanços tecnológicos?</p>
	2	Há sistema de comunicação e/ou equipamentos, porém não são adequados e estão em condições precárias de uso.	
	3	Há sistema de comunicação, equipamentos e insumos adequados na maioria das unidades (UC, UVL, EAC e PF), mas com restrições para o uso.	
	4	Há sistema de comunicação, equipamentos e insumos adequados e sem restrições de uso na maioria das unidades (UC, UVL, EAC e PF)	
	5	Há sistema de comunicação, equipamentos adequados e modernos, em condições de uso e com adequado abastecimento de insumos em todas as unidades (UC, UVL, EAC e PF). Dispõe de planos de atualização frente aos avanços tecnológicos e demandas.	

1.2. Recursos físicos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>1.2.3. Transportes</p> <p>Disponibilidade de recursos adequados relacionados a transportes, que permitam o livre deslocamento do seu pessoal para toda e qualquer atividade de trabalho</p>	<p>1</p> <p>Há grave deficiência na quantidade de veículos e/ou esses estão fora de condições de uso. Não há fornecimento regular de combustível. Não há registros do uso dos veículos vinculados às atividades técnicas.</p>	<p>1. Qual a disponibilidade de veículos, embarcações e combustíveis em cada um dos níveis?</p> <p>2. Qual a qualidade do controle de uso de veículos e embarcações? Como são feitos os registros para utilização dos veículos e se através deles é possível fazer a checagem com os documentos gerados nas ações técnicas; Existe formulário padrão para controle que deve ser usado em todas as unidades?</p> <p>3. Em alguma unidade há restrição de uso veículos diferenciados por falta de habilitação adequada para conduzi-los (exemplo: Vans, embarcações, caminhões, aviões etc)?</p> <p>4. Qual a condição dos veículos nos níveis regional e local (ano de fabricação, estado de conservação)?</p> <p>5. Há manutenção corretiva dos veículos? E preventiva?</p> <p>6. A manutenção é sistemática e ágil para recuperação em casos de estragos?</p> <p>7. Há plano de substituição da frota?</p> <p>8. Existem sistemas de rastreamento para monitoramento do uso?</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>
	<p>2</p> <p>Os veículos não são adequados e/ou estão em quantidade incompatível com as demandas e/ou fora de condições de uso. Há restrição para fornecimento de combustível. Não há registros auditáveis do uso dos veículos vinculados as atividades técnicas.</p>	
	<p>3</p> <p>A quantidade de veículos é compatível com as demandas e a maioria está em condições de uso. Em geral, não há restrição para fornecimento de combustível. Há registros auditáveis mas incompletos do uso dos veículos vinculados às atividades técnicas.</p>	
	<p>4</p> <p>Permanente disponibilidade de veículos adequados, em quantidade compatível com as demandas e em boas condições de uso. Há fornecimento suficiente de combustível. Há registros auditáveis do uso dos veículos vinculados às atividades técnicas.</p>	
	<p>5</p> <p>Permanente disponibilidade de veículos adequados, em quantidade compatível com as demandas e em condições de uso. Há fornecimento suficiente de combustível. Há registros auditáveis do uso dos veículos vinculados as atividades com priorização das ações técnicas. Há plano de substituição da frota. Dispõe de sistemas de rastreamento para monitoramento do uso.</p>	

1.3. Recursos Financeiros	
<p>Recursos para custeio e investimento (fontes de verificação gerais)</p>	<p>1. Quais são as principais fontes de recursos estaduais para investimentos e custeio? Há participação de recursos de fundos públicos e/ou privados para custeio e/ou investimento? Qual a porcentagem dos recursos arrecadados no fundo podem ser utilizados para custeio e ou investimento (no caso desse fundo ser o mesmo que o fundo emergencial)? (Informações obtidas na pré-auditoria)</p> <p>2. Existe sistema de arrecadação própria? Quais formas? Qual porcentagem do valor arrecadado que é destinado ao SVE? Garantem independência do SVE? Em caso negativo, atende as demandas em que proporção? Quais os valores gastos com custeio e investimento, por fonte (própria, convênio, fundo) nos últimos 3 anos? Qual a previsão de valor a ser gasto com custeio e investimento no ano de realização da auditoria e valores efetivamente gastos até 60 dias antes da auditoria? Solicitar os valores arrecadados e Programado x Liberado x Executado (Informações obtidas na pré-auditoria)</p> <p>3. Há convênios estabelecidos com o MAPA e com outras entidades? Em caso positivo, qual o valor do convênio para custeio e para investimento? As etapas contempladas no convenio EM VIGOR estão relacionadas com recomendações da auditoria anterior ? (pré-auditoria)</p> <p>4. Os convênios anteriores ou atuais estão em situação regular de execução e prestação de contas? (Informação a ser fornecida pela SFA na pré-auditoria) Se houver problemas, apurar a razão in loco.</p>

1.3. Recursos Financeiros	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>1.3.1. Recursos para investimentos</p> <p>Capacidade do SV para investimentos básicos e adicionais (materiais e não materiais) que levem à manutenção adequada e melhoria progressiva de sua infraestrutura operacional</p>	1 Não há comprovada provisão de recursos para investimento. Não há capacidade para manter ou melhorar a infraestrutura operacional do SV.	1. Há evidências de elaboração de planos de investimentos para atender às prioridades do SVE e de sua execução?
	2 O SV eventualmente desenvolve propostas e obtém recursos para manutenção e melhorias na infraestrutura operacional, mas isto ocorre geralmente por meio de outras fontes (convênios e/ou parcerias).	2. Investimentos ocorreram de acordo com o planejado?
	3 O SV regularmente garante recursos para manutenção e melhorias na infraestrutura operacional, por meio de recursos oriundos do orçamento próprio e de outras fontes, mas esses recursos são alocados com restrições (insuficiência e contingenciamento).	3. Dispõe de documentação e evidências de melhorias na infraestrutura e das operações decorrentes de investimentos, incluindo a distribuição por localidade? Lista dos investimentos desenvolvidos e.g. durante os últimos três anos?
	4 O SV garante recursos para manutenção e melhorias na infraestrutura operacional, por meio de	4. Houve participação de fundo privado em algum investimento? Como se dá a liberação deste recurso? Como são feitas as solicitações? A liberação é ágil?
	5 O SV sistematicamente assegura recursos adequados para a manutenção e melhorias necessárias na infraestrutura operacional, com a participação de recursos próprios, de outras fontes e também das partes interessadas. Executa um plano de arrecadação para investimento e aplicação dos recursos.	<p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>

1.3. Recursos Financeiros	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>1.3.2. Recursos para custeio</p> <p>Acesso do SV a recursos financeiros suficientes para suas atividades rotineiras, independente de decisão ou pressão política</p>	1 A disponibilização de recursos para custeio do SV não é suficiente nem está claramente definida e depende de recursos alocados de forma irregular. Não há outras fontes que auxiliam no custeio das atividades	<p>Verificar existência e fornecimento de: serviços de terceiros, materiais de consumo, energia, água, internet; verificar contratos existentes, planejamento operativo anual (informação de pré-auditoria)</p> <p>1. Os recursos são suficientes para as atividades de defesa sanitária?</p> <p>2. Como se dá a solicitação e a liberação de recursos do fundo para custeio? Caso ocorra, é ágil e tem atendido ao SVE?</p> <p>3. O orçamento de custeio para os últimos 3 anos é favorável (tendências)?</p> <p>4. A liberação de recursos de custeio ocorre com regularidade?</p> <p>5. Como funciona o atendimento de recursos de custeio para as Urs e UVLs? É baseado em um planejamento de atividades?</p> <p>6. Em que situações são concedidas diárias para atividades realizadas em outros municípios que não o de lotação dos servidores? Há restrição na disponibilização de diárias para execução de atividades em outros municípios?</p> <p>7. O controle de contas permite quantificar a destinação de recursos gastos finalidade ou atividade de defesa animal? (Ex.: % do recurso gasto com vigilância, programa sanitário, atendimento a suspeita, ed. sanitaria, etc).</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>
	2 A disponibilização de recursos para custeio próprios do SV e de outras fontes não é suficiente, mas está claramente definida e depende de recursos alocados de forma regular. Depende de recursos de outras fontes, que são liberados ocasionalmente.	
	3 A disponibilização de recursos próprios para custeio do SV é suficiente para atividades rotineiras, e ainda pode contar com outras fontes para suas operações. Além disso, está claramente definida, os recursos são alocados de forma regular, mas não há provisão para operações não rotineiras .	
	4 A disponibilização de recursos próprios para custeio do SV está claramente definida, é regular e suficiente para suas operações básicas, conta com outras fontes e eventualmente de partes interessadas (fundo privado) e há provisão para operações não rotineiras.	
	5 A disponibilização de recursos próprios para custeio de outras fontes (também das partes interessadas) é adequada e suficiente; todos os recursos são fornecidos com transparência, permitindo independência técnica. O SV desenvolve análise do uso dos recursos de custeio para posteriores estudos de custo-benefício.	

1.3. Recursos Financeiros	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>1.3.3. Fundos de emergência em saúde animal</p> <p>Acesso do SV a recursos financeiros extraordinários, a fim de responder a situações de emergência ou a questões emergentes; medida pela facilidade com que recursos contingenciais e compensatórios (ex. esquemas de compensação de produtores em situações de emergência) podem ser disponibilizados quando requeridos</p>	<p>1 Não há fundos de EMERGÊNCIA em saúde animal e não há provisão para recursos financeiros emergenciais.</p>	<p>1. Há fundo(s) de emergência e/ou fundo para pagamento de indenizações de doenças não emergenciais no estado? Por qual ato? Verificar quais são as cadeias produtivas que participam do fundo: leite, carne, bovinos, caprinos, ovinos, equinos, apicultura, suínos e aves.</p> <p>2. Há seguro para emergência?</p> <p>3. O fundo(s) é(são) público ou privado(s)? É exclusivo para emergências?</p> <p>4. Caso o fundo não seja apenas para emergência, no estatuto está prevista a % de recursos que deve ficar reservada para uso em indenizações e ações em emergências?</p> <p>5. Qual o saldo para emergência? O estado tem algum estudo para estimativa de valores necessários no caso de emergência em alguma das cadeias produtiva?</p> <p>6. Quais os mecanismos de arrecadação previstos? Estão plenamente ativos e ocorrem de forma contínua? Existe alguma alternativa para aumentar a arrecadação?</p> <p>7. Caso já tenha havido alguma ocorrência, houve agilidade na liberação dos recursos para ações emergenciais e indenizações?</p> <p>8 – Existe representante do SVE na gestão do fundo? Com que frequência os gestores do fundo se reúnem e qual a participação do SVE nas reuniões e ou decisões tomadas?</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>
	<p>2 Foram estabelecidas formas para provisão de fundos de EMERGÊNCIA em saúde animal com recursos limitados, insuficientes para situações emergenciais. Os mecanismos de arrecadação não estão ativos de forma efetiva.</p>	
	<p>3 Foram estabelecidas formas para provisão de fundos de EMERGÊNCIA em saúde animal com recursos limitados e com a participação de apenas algumas cadeias produtivas. Os mecanismos de arrecadação estão todos ativos.</p>	
	<p>4 Foram estabelecidas formas para provisão de fundos de EMERGÊNCIA em saúde animal com recursos suficientes e com a participação das cadeias produtivas mais importantes para o estado. Os mecanismos de arrecadação estão todos ativos.</p>	
	<p>5 Foram estabelecidas formas para provisão de fundos de EMERGÊNCIA em saúde animal com recursos suficientes; com a participação das cadeias produtivas mais importantes para o estado, recursos adicionais para emergências podem ser aprovados por meio de um processo técnico e ágil. Os mecanismos de arrecadação estão todos ativos. Existem estudos sobre estimativa de valores necessários no caso de emergência para alguma cadeia produtiva importante para o estado.</p>	

2.1. Estrutura Organizacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.1.1. Estrutura organizacional e capacidade de coordenação interna</p> <p>Capacidade do SV de coordenar seu pessoal e suas atividades, por meio de uma clara cadeia de comando do nível central ao nível de campo, a fim de implementar as atividades relevantes para a defesa sanitária animal (ex. vigilância, controle e erradicação de doenças, segurança alimentar, detecção precoce e resposta rápida)</p>	<p>1 Não há estrutura organizacional oficializada e a cadeia de comando não está clara.</p>	<p>1. A estrutura organizacional atende às necessidades da instituição?</p> <p>2. A estrutura está em conformidade com a legislação?</p> <p>3. As responsabilidades dos setores e níveis hierárquicos estão formalizados?</p> <p>4. Descrição da cadeia de comando do SV?</p> <p>5. Evidência de que as atividades são rotineiramente coordenadas do nível central até o nível de campo?</p> <p>6. Ocorre ruptura na cadeia de comando para as atividades? Da UC para as URs e UVLs? Dentro das UVLs? Das UVLs para os EACs?</p> <p>7. Existe um planejamento técnico e logístico definidos pela UC? Há acompanhamento de sua execução (para os programas sanitários implantados)? O planejamento é revisado e atualizado periodicamente ao longo do ano?</p>
	<p>2 A estrutura organizacional não está em conformidade com a legislação e não atende à demanda do órgão ou não é observada na prática. Há mecanismos de coordenação interna, com falhas na cadeia de comando para o conjunto das atividades. Falta planejamento técnico e logístico estabelecido pela UC para direcionamento das ações em nível local.</p>	
	<p>3 A estrutura organizacional está em conformidade com a legislação, entretanto não atende à demanda do órgão ou não é observada na prática. Há mecanismos de coordenação interna, com falhas na cadeia de comando para o conjunto das atividades. Há planejamento técnico e logístico estabelecido pela UC para direcionamento de ações a campo nas unidades descentralizadas.</p>	
	<p>4 A estrutura organizacional está em conformidade com a legislação e atende às demandas do órgão, sendo observada na prática. Há mecanismos de coordenação interna, com uma clara e eficaz cadeia de comando para o conjunto das atividades. Há planejamento técnico e logístico, com acompanhamento de sua execução pela UC para direcionamento de ações a campo nas unidades descentralizadas.</p>	
	<p>5 A estrutura organizacional está em conformidade com a legislação e atende às demandas do órgão, sendo observada na prática. Há mecanismos de coordenação interna, com uma clara e eficaz cadeia de comando para o conjunto das atividades. Há revisão e atualização periódicas dos mecanismos de coordenação interna e da cadeia de comando. Há planejamento técnico e logístico, com acompanhamento de sua execução pela UC para direcionamento de ações a campo nas unidades descentralizadas, sendo estes periodicamente revistos e atualizados.</p>	

2.2. Autoridade e gestão da qualidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.2.1. Base legal, regulamentação, aplicação da legislação, manuais e POPs</p> <p>Arcabouço legal, normas, regulamentos, manuais, protocolos e demais regulamentações que promovem o respaldo jurídico claro e transparente para a ampla atuação do SV em suas competências e atribuições</p>	<p>1 A base legal e manuais não estão atualizados e não estão em consonância com as normas federais . A legislação não prevê aplicação de penalidades, não está divulgada e distribuída nas unidades do SV.</p>	<p>1. Os manuais e legislação instituídos pelo MAPA e SV estão disponíveis?</p>
	<p>2 A base legal e manuais não estão completamente atualizados, mas estão em consonância com as normas federais. A legislação está divulgada e distribuída na maioria das unidades do SV. A legislação prevê penalidades, mas não há evidências de sua aplicação.</p>	<p>2. Os médicos veterinários têm acesso e conhecimento adequado dos manuais e da legislação (sejam de terrestres ou aquáticos)?</p>
	<p>3 A base legal e manuais estão atualizados em consonância com as normas federais. Estão divulgados e distribuídos em todas as unidades do SV. A legislação prevê penalidades, porém se observam divergências e falhas no cumprimento das normas e procedimentos, assim como na aplicação das medidas punitivas.</p>	<p>3. O SV disponibiliza e aplica manuais de padronização de procedimentos (POPs) técnicos e/ou administrativos?</p> <p>4. Quais atividades ou programas possuem legislação estadual, manuais de padronização próprios ou adaptados?</p>
	<p>4 A base legal e manuais estão atualizados em consonância com as normas federais. Estão divulgados e distribuídos em todas as unidades do SV. A legislação prevê penalidades e não há muitas falhas no cumprimento das normas e procedimentos, assim como na aplicação das medidas punitivas.</p>	<p>5. Evidências da aplicação de medidas punitiva frente às irregularidades ocorridas?</p>
	<p>5 A base legal e manuais estão atualizados em consonância com as normas federais. Estão divulgados e distribuídos em todas as unidades do SV. A legislação prevê penalidades, havendo cumprimento das normas e procedimentos, assim como a aplicação das medidas punitivas. Há processo contínuo, organizado e participativo para a revisão de seu arcabouço legal.</p>	<p>6. Há processo contínuo, organizado e participativo para a revisão de seu arcabouço legal?</p>

2.2. Autoridade e gestão da qualidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.2.2. Organização dos processos e unidades</p> <p>Capacidade do SV de manter todas as suas unidades organizadas de modo a permitir a adequada execução de seus processos técnicos, fluxos de informação e atividades administrativas, incluindo reuniões, atendimento ao público, arquivamento de materiais, etc</p>	<p>1 Os processos, arquivos e documentos nas unidades não estão organizados. Não há padronização de procedimentos e fluxos de informações.</p>	<p>1. A UC, as URs, PFs, UVLs e EACs auditados estão organizados?</p>
	<p>2 Os processos, arquivos e documentos nas unidades estão parcialmente organizados. Há iniciativas para padronização de procedimentos e fluxos de informações. As atividades são registradas com alto grau de deficiências.</p>	<p>2. Existe padronização de arquivamento (físico e digital) definido pela UC na organização dos escritórios e PF?</p>
	<p>3 Os processos, arquivos e documentos nas unidades estão organizados. Há padronização de procedimentos e fluxos de informações, contudo não ocorre em todos os níveis do órgão.</p>	<p>3. Existe padronização definida pela UC de procedimentos e fluxos das informações, processos e documentos?</p> <p>4. A organização do escritório permite localizar rapidamente os documentos solicitados?</p>
	<p>4 Os processos, arquivos e documentos nas unidades estão organizados. Há padronização de procedimentos e fluxos de informações em todos os níveis. A maioria dos processos e atividades estão registradas em sistemas informatizados.</p>	<p>5. Dispõe de formas de ferramentas e processos de informatização, sistema eletrônico de documentos, pastas na rede, intranet e e-mail institucional para padronização de procedimentos e fluxos das informações, processos e documentos?</p>
	<p>5 Os processos, arquivos e documentos nas unidades estão organizados. Há padronização de procedimentos e fluxos de informações em todos os níveis. Todas as atividades estão registradas e os processos mapeados em sistemas informatizados que permitem inclusive registros das atividades em nível de campo.</p>	<p>6. Os registros (físicos e digitais) das atividades são adequados?</p> <p>7. Dispõe de sistema informatizado para registro e gestão de atividades em nível de campo?</p>

2.2. Autoridade e gestão da qualidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.2.3. Supervisão e controle interno</p> <p>Capacidade do SV para acompanhar o desempenho técnico e administrativo de seu quadro em todas as suas unidades, envolvendo a detecção de não-conformidades e pontos fracos, correções e prevenção das ocorrências</p>	1 Não há supervisões internas no SV.	<p>1. Existe um programa de supervisões, com metodologia, incluindo procedimentos , programação de supervisões internas , formulários e seu seguimento?</p> <p>2. Existe equipe definida e treinada de supervisores?</p> <p>3. Como a UC acompanha a execução do processo de supervisão?</p> <p>4. Existem metas para realização de supervisões? Estão sendo cumpridas?</p> <p>5. Como é feito o acompanhamento do plano de ação realizado nas UVLs e EACs?</p> <p>6. Há evidências de relatórios de supervisão, planos de ações corretivas e acompanhamento das melhorias?</p>
	2 Há supervisões internas esporádicas sem metodologia apropriada. As equipes não são capacitadas. Não existem metas para as supervisões ou, caso existam, não são cumpridas. Não há seguimento da execução de planos de ação corretivos pelas unidades auditadas.	
	3 Há supervisões internas, mas com falhas na metodologia e na capacitação das equipes. O programa de supervisões é parcialmente cumprido em relação às metas estabelecidas. Há seguimento parcial da execução de planos de ação corretivos pelas unidades auditadas.	
	4 Há programa de supervisões internas no SV com metodologia apropriada, procedimentos definidos e equipe capacitada de supervisores. O programa de supervisões é cumprido conforme metas estabelecidas, porém com abrangência limitada quanto ao conjunto de processos e unidades. Há seguimento da execução de planos de ação corretivos pelas unidades supervisionadas.	
	5 Há programa abrangente de supervisões internas no SV com metodologia apropriada e procedimentos definidos com equipe capacitada de supervisores. O programa de supervisões é cumprido conforme metas estabelecidas. Há seguimento da execução de planos de ação corretivos pelas unidades supervisionadas, com obtenção e demonstração de melhorias.	

2.3. Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.1. Sistema Informatizado para cadastro, movimentação e demais controles</p> <p>Disponibilidade de sistemas informatizados implantados para controle de cadastros e movimentação de animais, controle de revendas, controle de MV privados, etc.</p>	<p>1 Não há sistema informatizado implantado na maioria das unidades para cadastro de produtores, estabelecimentos agropecuários (propriedades), explorações pecuárias e movimentação animal.</p>	<p>1. Quais são os sistemas informatizados que o SV dispõe para controle de cadastros e movimentações de animais (terrestres e aquáticos) e outras funcionalidades ?</p> <p>2. Qual o nível de implantação do sistema no SV? (UC, UR, UVL, EAC, PF)</p> <p>3. O sistema está efetivamente implantado em todos os níveis e unidades?</p> <p>4. Quais usuários internos e externos têm acesso ao sistema e qual nível de acesso? (revendas, sindicatos, outros parceiros, produtores, MV privados)</p> <p>5. Quais são as funcionalidades do(s) sistema(s)? (as principais funcionalidades estão listadas abaixo e classificadas em Básicas (B) e Adicionais (A))</p> <ul style="list-style-type: none"> - cadastro de estabelecimentos agropecuários (propriedades) (B), - cadastro de produtor (B) - cadastro de rebanho (listar espécies) (B) - cadastros de revendas agropecuárias, recintos de eventos, organizador de eventos, médicos veterinários privados, outros (B) - registro histórico de: atualizações cadastrais dos rebanhos / vacinações / exames (B) - controle de movimentação (B), - emissão de GTA por MVH (B), - eventos/aglomerações (B) - vacinações de FA, BRU, PSC (B) - travas / alertas e aplicação de medidas sanitárias ou restrições: situações de inadimplência e prazos de vacinações de FA, BRU, PSC; atualização do rebanho (B) - interdição/bloqueio de movimentação (B) - bloqueio por falta de registro de estabelecimento (PNSA) (B) - propriedades novas / inativas (B), - registro ingresso/egresso de animais e produtos em PF (B) - registro histórico de: certificações: bru/tub, GRSC, PNSA, AIE / indicação de risco (FA, PSC, PNEEB, PNCRH) (A) - cadastros do sistema agroprodutivo: abatedouros, laticínios, incubatórios, abrigos de morcegos (A) - emissão de GTA por produtor (A) - controle de: quarentenas/noventenas como exigência de mercados importadores, inclusão em programa de monitoramento (PNCRC) (A) - inconsistências: nascimentos, mortes, evolução rebanho, lotação animal (A) - controle de vacinas, antígenos e tuberculinas em revendas agropecuárias (A) - relatórios de atividades de: médicos veterinários privados - habilitados, credenciados, cadastrados (A) - emissão de relatórios e dados: - vacinação raiva (A) - atividades do sistema de vigilância (A) - controle de eventos agropecuários (A) <p>6. Como é atualizada a base de dados?</p> <p>7. Solicitar a apresentação de análises da base de dados, com interpretações e/ou providências.</p> <p>8. O estado transfere dados diariamente à PGA? O estado tem recebido mensagens de erro relativas à transmissão de dados? Em caso positivo, são adotadas providências?</p>
	<p>2 Há sistema informatizado implantado na maioria das unidades para cadastro de produtores, estabelecimentos agropecuários (propriedades), explorações pecuárias e movimentação animal, no entanto, as funcionalidades e o uso são insuficientes para o adequado controle de cadastros e rebanhos.</p>	
	<p>3 Há sistema informatizado implantado em todas as unidades (UVL, EAC e PF) para controle de cadastros e movimentação de animais, com funcionalidades básicas para o adequado controle de cadastros e explorações pecuárias das espécies de interesse econômico para o estado. O sistema permite acesso e poucos registros por parte de alguns atores (produtores, revendas ou méd. veterinários), mas o controle do SVE sobre estes é deficiente.</p>	
	<p>4 Há sistema informatizado implantado em todas as unidades (UVL, EAC, PF) do SVE para controle de cadastros e movimentação de animais, com funcionalidades básicas para o adequado controle de cadastros e rebanhos das espécies de interesse econômico para o estado e funcionalidades adicionais para controle de atividades do sistema de vigilância e comércio de insumos de interesse dos programas oficiais. Há mecanismos organizados e ágeis para as atualizações periódicas das funcionalidades do sistema. O sistema permite o acesso, atualizações e registros por parte dos atores (produtores, revendas, méd. veterinários), com adequado monitoramento pelo SVE.</p>	
	<p>5 Há sistema informatizado implantado em todas as unidades (UVL, EAC e PF) para controle de cadastros e movimentação de animais com funcionalidades básicas para o adequado controle de cadastros e rebanhos das espécies de interesse econômico para o estado e funcionalidades adicionais para controle do sistema de vigilância e comércio de insumos de interesse dos programas oficiais. Há mecanismos organizados e ágeis para atualizações periódicas das funcionalidades do sistema e são realizadas análises frequentes de seus dados. O sistema permite o acesso, atualizações e registros das funcionalidades por parte dos atores (produtores, revendas, méd. veterinários).</p>	

2.3. Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.2. Controle de cadastro de estabelecimentos agropecuários, produtores e animais</p> <p>Capacidade do SV de registrar e manter atualizado os dados cadastrais de produtores, estabelecimentos agropecuários e espécies animais, de modo a representar a realidade da UF.</p>	<p>1</p> <p>Existe um cadastro incompleto e desatualizado de estabelecimentos agropecuários e seus proprietários, produtores e explorações pecuárias com coordenadas geográficas abaixo de 30% para cada uma das espécies relevantes para o sistema agroprodutivo da UF. Não há checagem <i>in loco</i> ou outros meios de verificação para abertura de novos cadastros de estabelecimentos agropecuários.</p>	<p>As questões a serem verificadas devem ter como referência as diretrizes do Manual de Padronização de Cadastro do Mapa.</p> <p>1. Há equipe ou setor de coordenação e suporte ao cadastro?</p> <p>2. Existe base informatizada de dados dos estabelecimentos agropecuários (propriedades) e seus proprietários, produtores e explorações pecuárias do estado?</p> <p>3. Há cadastro para quais espécies? Estão atualizados? ()bovinos/Bubalinos ()Suínos tecnificados ()suínos não tecnificados ()Aves comerciais ()Aves subsistência ()Caprinos/ovinos ()Peixes ()Moluscos ()Crustáceos ()Abelhas</p> <p>4. Como e com que frequência o cadastro é atualizado para cada uma das espécies? Há Campanhas em meses específicos para promoção da atualização obrigatória dos cadastros?</p> <p>5. Há plano/metras de atualização em execução? Há procedimento de rotina para atualização a campo?</p> <p>6. Qual percentual de estabelecimentos agropecuários geolocalizados no Estado (todas as espécies)? Com base em estudo de validação da geolocalização para bovinos e demais espécies suscetíveis a FA (pré-auditoria).</p> <p>7. Quais os critérios adotados pelo SV para aceitação e validação da evolução/atualização de rebanhos?</p> <p>8. Há critérios estabelecidos para inclusão (checagem <i>in loco</i> ou outra forma de verificação) e exclusão de cadastros e, neste segundo caso, com baixa dos respectivos animais?</p> <p>9. É feita alguma análise da base de dados regularmente (relação de novos cadastros e cadastros inativos nos últimos 12 meses, comparação/análise da relação rebanho/tamanho da propriedade, outras)? Apresentar.</p> <p>10. Há integração com outros sistemas cadastrais (por exemplo, NIRF, INCRA, CAR, outros)?</p> <p>11. Quais são os índices de atualização de cadastros no(s) período(s) determinado(s): % de estabelecimentos agropecuários (propriedades), % de pop. bov/bub, % pop. suína, % pop. capr/ovina</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>
	<p>2</p> <p>Existe um cadastro desatualizado de estabelecimentos agropecuários e seus proprietários, produtores e explorações pecuárias com coordenadas geográficas entre 30% e 60% para cada uma das espécies relevantes para o sistema agroprodutivo da UF, organizado em uma base de dados. Não há checagem <i>in loco</i> ou outros meios de verificação para abertura de novos cadastros de estabelecimentos agropecuários.</p>	
	<p>3</p> <p>Existe um cadastro atualizado de estabelecimentos agropecuários e seus proprietários, produtores e explorações pecuárias com coordenadas geográficas entre 60% e 80% para cada uma das espécies relevantes para o sistema agroprodutivo da UF, organizado em uma base de dados informatizada. Não há checagem <i>in loco</i> ou outros meios de verificação para abertura de novos cadastros de estabelecimentos agropecuários.</p>	
	<p>4</p> <p>Existe um cadastro atualizado de propriedades, produtores e rebanhos com com coordenadas geográficas acima de 80% para cada uma das espécies relevantes para o sistema agroprodutivo da UF, organizado em uma base de dados informatizada e é avaliado regularmente. Há checagem <i>in loco</i> ou outros meios de verificação para abertura de novos cadastros de estabelecimentos agropecuários. Existe um plano em execução para atualização do cadastro com ações de campo.</p>	
	<p>5</p> <p>Existe um cadastro atualizado de estabelecimentos agropecuários e seus proprietários, produtores e explorações pecuárias com coordenadas geográficas acima de 90% para todas as espécies relevantes para o sistema agroprodutivo da UF, organizado em uma base de dados informatizada e é avaliado regularmente. Há checagem <i>in loco</i> ou outros meios de verificação para abertura de novos cadastros de estabelecimentos agropecuários. Existe um plano em execução para atualização do cadastro com ações de campo. Há integração do cadastro do SV com sistemas cadastrais de outros órgãos.</p>	

2.3.Capacidade técnica e operacional		Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.3. Controle da movimentação de animais (terrestres e aquáticos) e produtos de origem animal, identificação e rastreabilidade</p> <p>Autoridade e capacidade do SV, coordenação com os produtores e outras partes interessadas, para monitorar o trânsito de animais sob seu mandato e rastrear seu histórico, localização e distribuição com o propósito de controle de doenças, segurança alimentar, comércio ou qualquer outro requisito legal preconizado pelo órgão</p>	1	O SV não controla a movimentação de animais e produtos e não há registro de dados ou não estão atualizados.	1. Quais são as formas de GTA utilizadas (manual, informatizada e e-GTA)? Em que circunstâncias são emitidas as GTA de forma manual?
	2	O SV controla a movimentação de animais e produtos das espécies relevantes para o sistema agroprodutivo da UF e detém registros atualizados. Não realiza análises de fluxos das movimentações.	2. São adotados procedimentos de segurança para que as emissões de GTAs sejam devidamente autorizadas pelos produtores?
	3	O SV possui procedimentos instituídos para o controle da movimentação de animais e produtos das espécies relevantes para o sistema agroprodutivo da UF e rastreabilidade de rebanhos, aplica as normas em vigor para o trânsito com deficiências e realiza análises esporádicas das movimentações.	3. Como são atualizados os dados de movimentação nos controles dos rebanhos e de lotes de animais aquáticos, de origem e destino?
	4	O SV possui procedimentos eficientes instituídos para o controle da movimentação de animais e produtos das espécies mais relevantes para o sistema agroprodutivo e rastreabilidade de rebanhos, aplica as normas em vigor para o trânsito, realiza análises periódicas de fluxos de trânsito interno e externo para direcionamento de ações.	4. São emitidas GTAs para quais espécies (verificar relatório de GTAs emitidas /espécie)? Verificar as espécies no questionário da UC e marcar? Verificar se há controle da movimentação de espécies que não bovídea (equídeos, peq. Ruminantes, suínos e aves, aquáticos etc.) de propriedades sem bovinos e dessas mesmas espécies de propriedades com bovinos.
	5	O SV possui procedimentos eficientes instituídos para o controle da movimentação de animais e produtos para todas as espécies relevantes para o sistema agroprodutivo e rastreabilidade de rebanhos de forma sistemática em todo o estado, e realiza rotineiramente análises de fluxos de trânsito interno e externo para direcionamento de ações.	5. Há algum tipo de análise da movimentação do trânsito de animais e produtos pela UC? Apresentar

Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>Autoridade e capacidade do SV de prevenir e controlar a entrada e a disseminação de doenças e outros riscos associados a animais e produtos de origem animal.</p>	<p>1 O SV não possui postos fixos, não realiza fiscalizações volantes e não aplica procedimentos de fiscalização de trânsito e controle de divisas e fronteiras</p>	<p>1. Apresentar a lista e localização dos postos de divisas em relação às vias de ingresso na UF.</p>
	<p>2 O SV possui postos fixos, realiza algumas fiscalizações volantes, porém não aplica procedimentos de fiscalização de trânsito e controle de divisas e fronteiras por deficiências de funcionamento e ou cobertura e ou localização.</p>	<p>2. Há ações regulares e efetivas de controle e fiscalização da movimentação de animais e produtos (fiscalização volantes)? Existem metas de fiscalização e como está seu alcance?</p>
	<p>3 O SV possui postos fixos e realiza fiscalizações volantes; aplica procedimentos contínuos com metas de fiscalização de trânsito e controle de divisas e fronteiras, porém com deficiências de funcionamento, de cobertura ou localização, com cumprimento de metas. Há acesso, nos postos fixos, ao sistema informatizado de controle de cadastros e movimentação. Há apoio eventual da parte de outras instituições ou estados envolvidos.</p>	<p>3. O SV conhece e analisa os fluxos de ingresso e pontos estratégicos para a fiscalização? 4. Os postos fixos e fiscalizações volantes funcionam plenamente? 5. Há acesso a sistema informatizado de controle de cadastros e movimentação e inserção de registros informatizados de atividades de fiscalização?</p>
	<p>4 O SV possui postos fixos e realiza fiscalizações volantes em locais definidos, a partir de análises de pontos estratégicos. Aplica procedimentos contínuos e alcança as metas de fiscalização de trânsito e controle de divisas e fronteiras. Há acesso, nos postos fixos e pelas equipes volantes, ao sistema informatizado de controle de cadastros e movimentação, com inserção de registros informatizados de atividades de fiscalização. Há integração regular com outras instituições ou estados envolvidos.</p>	<p>6. Há procedimentos para rastreamento e comunicação de ingresso de animais de outras UFs no estado para o destino dos animais? Há controle de cargas em trânsito pelo estado? 7. Há acordos de cooperação com países/estados vizinhos para controle de trânsito?</p>
	<p>5 O SV possui postos fixos e realiza fiscalizações volantes em locais definidos, a partir de análises de pontos estratégicos. Aplica procedimentos contínuos e alcança as metas de fiscalização de trânsito e controle de divisas e fronteiras. Há acesso, nos postos fixos e pelas equipes volantes, ao sistema informatizado de controle de cadastros e movimentação com inserção de registros informatizados de atividades de fiscalização. Há integração regular com outras instituições. Há trabalhos conjuntos com estados/países vizinhos para estabelecer, aplicar e auditar procedimentos de segurança de divisas/fronteiras.</p>	<p>8. Há integração de atividades e/ou apoio de outros setores e instituições para controle de divisas/fronteiras? (Ex. polícia militar, exército, etc.) 9. O SV verifica as questões relacionadas a bem-estar animal implicado quando do trânsito de animais? Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>

2.3. Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.5. Controle de eventos e aglomerações</p> <p>Capacidade do SV de manter cadastro atualizado dos eventos e aglomerações animais e dos respectivos RTs cadastrados, de modo a monitorar as boas práticas de condução, manter registros de ingresso, egresso e rastreabilidade dos animais envolvidos e supervisionar as potenciais ocorrências sanitárias</p>	<p>1 O SV não possui cadastro de recintos, organizadores, RTs e ou controle sobre a maioria das aglomerações. Os controles realizados não permitem a rastreabilidade dos animais.</p>	<p>1. Há cadastro de recintos, organizadores de eventos e responsáveis técnicos (RTs)?</p>
	<p>2 O SV possui cadastro parcial de recintos, organizadores, RTs e o controle tem deficiências sobre a maioria das aglomerações, não permitindo a adequada rastreabilidade dos animais.</p>	<p>2. Quais os procedimentos que envolvem a autorização dos eventos? (organizador, recinto, RTs, MVH)</p>
	<p>3 O SV possui cadastro de recintos, organizadores, RTs, mas o controle é deficiente e/ou só ocorre em parte das aglomerações, não permitindo a adequada rastreabilidade dos animais. Os RTs estão habilitados para emissão de GTA e há acompanhamento dos relatórios e controles dos eventos por parte do SV.</p>	<p>3. Quais os controles da UC e UVLs sobre as aglomerações que ocorrem no estado? (fiscalização in loco, relatórios, avaliação de mapas de entrada e saída)</p> <p>4. Que percentual das aglomerações são fiscalizadas pelo SV? Que percentual é acompanhado por RTs?</p>
	<p>4 O SV autoriza e monitora todas as aglomerações, realizando fiscalizações <i>in loco</i> em parte delas. Há controle documental e inspeção-clínica de animais nos eventos e os controles que permitem a rastreabilidade são informatizados. Há médicos veterinários habilitados para emissão de GTA. Há acompanhamento e análise dos relatórios dos eventos por parte do SV. As estruturas e procedimentos permitem o efetivo controle sanitário.</p>	<p>5. Os RTs recebem capacitação específica para controle de eventos? São habilitados para emissão de GTA? Quais os controles do SV sobre os RTs? Os RTs emitem relatórios dos eventos e esses são analisados pelo SV ?</p> <p>6. Qual a orientação da UC para a fiscalização / acompanhamento de eventos pelas UVLs?</p>
	<p>5 O SV autoriza e monitora todas as aglomerações, realizando fiscalizações <i>in loco</i> em parte delas. Há controle documental e inspeção clínica de animais nos eventos e os controles que permitem a rastreabilidade são informatizados. Há médicos veterinários habilitados para emissão de GTA. Há acompanhamento e análise dos relatórios dos eventos por parte do SV. As estruturas e procedimentos permitem o efetivo controle sanitário. O SV possui legislação e acompanha as questões relacionadas ao bem-estar animal.</p>	<p>7. Inclui procedimentos de vistoria de animais? Existe orientação para esse procedimento? Como é registrada? Inclui inspeção clínica em animais? Em que momento? Como a inspeção clínica é registrada?</p> <p>8. Há legislações relacionadas ao bem estar animal nos eventos de aglomeração? O SV verifica questões relacionadas ao bem-estar animal implicado nos eventos e aglomerações animais?</p>

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>Autoridade e capacidade do SV em garantir, por meio de atividades de fiscalização da comercialização e do uso, a qualidade, segurança, e uso responsável e prudente dos medicamentos veterinários e produtos biológicos.</p>	<p>1 O SV não tem cadastro atualizado de vendas de produtos biológicos. Não há fiscalização sistemática que permita o efetivo controle da comercialização dos produtos biológicos. Não há garantia da manutenção da cadeia de frio nas etapas de recebimento, armazenamento até a comercialização.</p>	<p>1. As vendas de produtos biológicos e medicamentos veterinários estão cadastradas?</p> <p>2. Quais as exigências para a aprovação das vendas de produtos biológicos e medicamentos veterinários (refrigeradores, geradores e gelo para os produtos que exijam refrigeração)? Existem requisitos definidos pelo SVE para manutenção da cadeia de frio pelas vendas?</p> <p>3. Quais as funcionalidades do sistema relacionadas à fiscalização de produtos veterinários? Estão implementadas em todos os níveis (vendas, UVLs e UC)?</p> <p>4. O SV tem delegação de competência para fiscalização de produtos de uso veterinário ou aderiu ao SISBI-PEC?</p> <p>5. O SV executa a fiscalização sistemática de produtos veterinários nas vendas cadastradas? Quais são os produtos fiscalizados (vacinas, insumos para diagnóstico, produtos farmacêuticos)?</p> <p>6. Os procedimentos de fiscalização são adequados (controle de estoque, cadeia de frio, receituário obrigatório, produtos registrados no MAPA, dentro da validade, embalagens sem violação, etc)? A frequência de fiscalização está de acordo com o programado, ou conforme as normas/ manuais e permite efetiva fiscalização das vendas?</p> <p>7. O SV aderiu formalmente ao SISBI-PEC e implementou o uso de sistema informatizado (SIPEAGRO ou outro sistema compatível com o do MAPA)? O cadastro dos estabelecimentos no sistema está atualizado? O SV utiliza algum sistema informatizado para registro de fiscalizações, autuações e penalidades?</p> <p>8. Existe procedimento definido para controle de vacinas adquiridas em outros estados?</p>
	<p>2 O SV tem cadastro de vendas de produtos biológicos. Há fiscalização de parte dos produtos biológicos, porém não permite o efetivo controle da sua comercialização. Há falhas para garantia da manutenção da cadeia de frio em uma ou mais etapas (recebimento, armazenamento até a comercialização).</p>	
	<p>3 O SV tem cadastro de vendas de produtos biológicos. Há fiscalização de parte dos produtos biológicos na maioria das vendas cadastradas. Os procedimentos de fiscalização garantem a manutenção da cadeia de frio nas etapas de recebimento, armazenamento até a comercialização na maioria das UVLs.</p>	
	<p>4 O SV tem cadastro atualizado de vendas de produtos biológicos e medicamentos veterinários. Há fiscalização sistemática dos produtos biológicos e medicamentos veterinários nas vendas cadastradas, por adesão ao SISBI-PEC. Há controle informatizado de estoque de alguns produtos biológicos (vacinas de febre aftosa, brucelose, antígenos e alérgenos). A fiscalização de medicamentos veterinários conta com apoio de sistema informatizado (uso de sistema informatizado SIPEAGRO ou outro sistema compatível com o do MAPA). Para os produtos que exijam refrigeração, os procedimentos de fiscalização garantem a manutenção da cadeia de frio nas etapas de recebimento, armazenamento até a comercialização na maioria das unidades.</p>	
	<p>5 O SV tem cadastro atualizado de vendas de produtos biológicos e medicamentos veterinários. Há fiscalização sistemática dos produtos biológicos e medicamentos veterinários nas vendas cadastradas, por adesão ao SISBI-PEC. Há controle informatizado de estoque de vacinas e insumos (febre aftosa, brucelose, antígenos e alérgenos). A fiscalização de medicamentos veterinários conta com apoio de sistema informatizado (uso de sistema informatizado SIPEAGRO ou outro sistema compatível com o MAPA), incluindo o registro das fiscalizações, autuações e penalidades aplicadas. Para os produtos que exijam refrigeração, os procedimentos de fiscalização garantem a manutenção da cadeia de frio nas etapas de recebimento, armazenamento até a comercialização na maioria das unidades.</p>	

2.3 Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.7. Planejamento e direcionamento da vigilância veterinária</p> <p>Capacidade do SV de planejar e executar as atividades do sistema de vigilância veterinária</p>	<p>1</p> <p>O SV não tem um planejamento das atividades da vigilância veterinária e não utiliza critérios baseados em risco para a execução da vigilância para as doenças dos programas sanitários de maior importância de seu sistema agroprodutivo.</p>	<p>1. Há planejamento de atividades de vigilância ativa coordenado pela UC? Para quais programas (terrestres e aquáticos)?</p>
	<p>2</p> <p>O SV não tem um planejamento das atividades da vigilância veterinária ou não utiliza critérios baseados em risco para a execução da vigilância para as doenças dos programas sanitários de maior importância de seu sistema agroprodutivo. Há deficiências em sua gestão, execução e não há um acompanhamento.</p>	<p>2. Há priorização e direcionamento das atividades no planejamento para os sistemas agroprodutivos de maior importância no estado?</p> <p>3. Existem metas para execução das atividades de vigilância ativa? Estão sendo cumpridas? Para quais programas sanitários?</p>
	<p>3</p> <p>O SV tem um planejamento das atividades da vigilância veterinária. Utiliza critérios baseados em risco para a execução da vigilância para as doenças dos programas sanitários de maior importância de seu sistema agroprodutivo. Não há plena execução do planejamento e há falhas na gestão e no acompanhamento.</p>	<p>4. Como é feito o acompanhamento das atividades da UVL pela UC?</p> <p>5. São aplicados os critérios de risco para uma vigilância efetiva? Para quais programas sanitários (terrestres e aquáticos)?</p>
	<p>4</p> <p>O SV tem um planejamento adequado das atividades da vigilância veterinária. Utiliza critérios baseados em risco para a execução da vigilância para as doenças dos programas sanitários de maior importância de seu sistema agroprodutivo. As atividades são executadas conforme planejamento, há acompanhamento da execução e emissão de relatórios de forma sistemática.</p>	<p>6. Existe lista atualizada de propriedades/áreas de maior risco para as doenças de animais terrestres e aquáticos? Está no sistema informatizado? (Verificar as enfermidades no questionário da UC e marcar)</p> <p>7. São produzidos relatórios do sistema de vigilância e em qual frequência?</p>
	<p>5</p> <p>O SV tem um planejamento adequado das atividades da vigilância veterinária e conta com suporte técnico-científico externo para a sua elaboração e avaliação do sistema de vigilância. Utiliza critérios baseados em risco para a execução da vigilância para as doenças dos programas sanitários e outras de importância de seu sistema agroprodutivo. As atividades são executadas conforme planejamento, há acompanhamento da execução e emissão de relatórios de forma sistemática.</p>	<p>8. O SVE conta com apoio técnico-científico externo para planejamento e avaliação da vigilância?</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.8. Capacidade para detecção precoce e rápido atendimento a suspeitas de doenças de notificação imediata</p> <p>Capacidade de resposta rápida às notificações de suspeitas e ocorrências de doenças nas populações animais</p>	<p>1 Não há procedimentos de incentivo e divulgação da obrigatoriedade de notificação das principais doenças de notificação imediata. Ausência de registros de notificação ou investigação de ocorrências das doenças de notificação imediata. Tempos de ação e reação muito tardios e alto índice de inconsistências e pendências nos registros de investigação (e-SISBRAVET ou FORM Aquaticos).</p>	<p>1. Existem ações de conscientização das principais fontes de informação (produtor, MVs privados, clínicas/hospitais veterinários e instituições de ensino e pesquisa) para identificação e notificação de doenças animais terrestres (IN 50/2013) e aquáticos (Portaria 19/2015)? Qual a periodicidade dessas ações? Verificar registros dessas atividades (documentos, relatórios, convites, programas e atas de reuniões e palestras em eventos pecuários, acadêmicos, instrumentos de divulgação da vigilância - impressos, vídeos, áudios, redes sociais e outras mídias).</p>
	<p>2 Poucos procedimentos aleatórios de incentivo e divulgação da obrigatoriedade de notificação das principais doenças de notificação imediata. Há número baixo de registros com frequência e distribuição irregulares de notificação ou investigação de ocorrências das doenças de notificação imediata na maior parte do estado. Tempos de ação e reação maiores que o preconizado e alto índice de inconsistências e pendências nos registros de investigação (e-SISBRAVET ou FORM Aquaticos).</p>	<p>2. Houve divulgação e disponibilização dos canais de comunicação para a notificação (telefones, endereços das UVL's e escritórios, link e-SISBRAVET) para as principais fontes de informação? Há divulgação do fluxo de informação para notificação das doenças? Verificar registros (comunicações, campanhas publicitárias, material de orientação - folders, cartazes, banner, redes sociais ou destaque no site).</p>
	<p>3 Procedimentos planejados com execução parcial para incentivo e divulgação da obrigatoriedade de notificação das principais doenças de notificação imediata, voltados para alguns setores e fontes específicas de informação. Número baixo de registros com frequência regular de notificação ou investigação de ocorrências das doenças de notificação imediata. Tempos de ação e reação mais aproximados do preconizado e índice aceitável de inconsistências e pendências nos registros de investigação (e-SISBRAVET ou FORM Aquaticos).</p>	<p>3. Há registros de notificação de doenças e atendimentos de ocorrências no e-SISBRAVET? Animais aquáticos: há registros de notificação e investigação de eventos? Foram registrados no último ano? (verificar formulários)</p>
	<p>4 Procedimentos sistemáticos executados conforme planejamento para incentivo e divulgação da obrigatoriedade de notificação das principais doenças de notificação imediata, voltados para muitos setores e várias fontes de informação envolvidas na vigilância. Há frequência constante de registro de notificação ou investigação de ocorrências das principais doenças de notificação imediata. Tempos de ação e reação com poucos desvios do preconizado e baixo índice de inconsistências e pendências nos registros de investigação (e-SISBRAVET ou FORM Aquaticos).</p>	<p>4. Verificar registros de notificação por doença/síndrome, por mês, no e-SISBRAVET no último ano. Verificar por doença/síndrome: notificações pendentes de classificação; ocorrências pendentes de atendimento; tempo de ação; tempo de reação. Verificar razões para a classificação “não procedente”; de notificações não atendidas; e se os usuários não atendidos são respondidos de forma adequada. Animais Aquáticos: verificar indicadores conforme registros dos Formulários (FORM-IN e FORM-COM - anexos V e VI da IN 4/2015).</p>
	<p>5 Procedimentos sistemáticos executados conforme planejamento para incentivo e divulgação da obrigatoriedade de notificação das principais doenças de notificação imediata, voltados para todos os setores e fontes específicas de informação envolvidos na vigilância. Há frequência constante de registros de notificação ou investigação de ocorrências das principais doenças de notificação imediata. Tempos de ação e reação dentro do preconizado e baixo índice de inconsistências e pendências nos registros de investigação (e-SISBRAVET ou FORM Aquaticos).</p>	<p>5. Verificar prazo para registro dos atendimentos com casos prováveis de doenças que requerem ação imediata para diagnóstico e medidas sanitárias. Verificar as ocorrências abertas (ou com diagnóstico final pendente), do diagnóstico final e respectivo critério de confirmação e total de casos confirmados de doenças de notificação imediata.</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
2.3.9. Capacidade para atuação em emergências zoossanitárias Capacidade do SV para responder rapidamente em caso de emergência zoossanitária	1 O SV não conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências ou o mesmo encontra-se desatualizado e sem capacitação. Não há MVs treinados para investigação às suspeitas de doenças animais e para atuação em emergências zoossanitárias. O SV não dispõe de materiais e equipamentos mínimos necessários para atendimento das suspeitas e para atuação frente a uma emergência zoossanitária. Os dados municipais/estaduais para subsidiar as ações em emergências não existem ou estão incompletos e desatualizados.	1. O SV dispõe de grupo oficializado de atendimento a suspeitas de doenças emergenciais e atuação em emergências? 2. Quais os critérios para formação dos grupos? Todos os componentes do grupo estão em atividade? 3. Todos os MVs do grupo foram capacitados para atuação em emergências zoossanitárias (terrestres e aquáticos)? Verificar nos questionários da ferramenta para quais doenças houve treinamento e marcar. 4. Como as UVLs têm acesso aos componentes do grupo? 5. Os MVs do SV estão capacitados para investigação às suspeitas de doenças dos animais e para atuação em emergências zoossanitárias? (terrestres e aquáticos) 6. Os materiais e equipamentos necessários para investigação às suspeitas de doenças dos animais e para aqueles para atuação em emergências zoossanitárias estão completos, organizados e adequados? (Verificar nos questionários da ferramenta para quais espécies animais há material e marcar). 7. Há distribuição adequada e controle do estoque de equipamentos/materiais, com procedimentos definidos para verificação, aquisição e reposição? (UC e UVLs) 8. O SV dispõe de todos os dados estaduais/municipais atualizados para subsidiar ações em emergências? (planilhas de cadastro do sistema agroprodutivo, p.e. relação autoridades, hotéis, revendas, etc.). Qual a frequência de atualização? 9. Há interação e/ou acordos formais firmados com outras instituições (polícia, defesa civil, etc) e com o setor privado para atuação conjunta em emergências?
	2 O SV conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências, porém sem capacitação adequada. A maioria dos MVs não é treinada para investigação às suspeitas de doenças animais e para atuação em emergências zoossanitárias. O SV dispõe de materiais e equipamentos necessários para atendimento às suspeitas e para atuação frente a uma emergência zoossanitária, de forma desorganizada e incompleta, para algumas espécies. Os dados municipais/estaduais para subsidiar as ações em emergências estão incompletos e desatualizados.	
	3 O SV conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências atualizado, porém sem capacitação adequada para algumas doenças emergenciais. Parte dos MVs foi treinada para investigação às suspeitas de doenças dos animais e para atuação em emergências zoossanitárias. O SV dispõe de materiais e equipamentos necessários para atendimento às suspeitas e para atuação frente a uma emergência zoossanitária, de forma organizada, porém incompletos, para as espécies de maior importância do seu sistema agroprodutivo. Os dados municipais/estaduais para subsidiar as ações em emergências estão completos, porém desatualizados.	
	4 O SV conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências atualizado e com capacitação adequada para as doenças emergenciais das espécies de maior importância do seu sistema agroprodutivo. A maioria dos MVs foi treinada para investigação às suspeitas de doenças dos animais e para atuação em emergências zoossanitárias. O SV dispõe de materiais e equipamentos necessários para atendimento às suspeitas e para atuação frente a uma emergência zoossanitária, de forma organizada e completos para as espécies de maior importância do seu sistema agroprodutivo, com rotina de verificação e reposição. Os dados municipais/estaduais para subsidiar as ações em emergências estão completos e atualizados. Há alguma interação com outras instituições (polícia, defesa civil, etc) e com o setor privado para atuação conjunta em emergências.	
	5 O SV conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências atualizado com capacitação e treinamentos frequentes para todas as doenças emergenciais. Todos os MVs foram treinados para investigação às suspeitas de doenças dos animais e para atuação em emergências zoossanitárias. O SV dispõe de materiais e equipamentos necessários para atendimento às suspeitas e para atuação frente a uma emergência zoossanitária, de forma organizada e completos para todas as espécies, com rotina de verificação e reposição. Os dados municipais/estaduais para subsidiar as ações em emergências estão completos e atualizados. Há interação formal e regular com outras instituições (polícia, defesa civil, etc) e com o setor privado para atuação conjunta em emergências.	

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.10. Diagnóstico laboratorial e envio de amostras</p> <p>Capacidade e acesso do SV ao diagnóstico laboratorial de amostras biológicas, de modo a identificar e registrar agentes patogênicos, incluindo aqueles relevantes para a saúde pública e que podem afetar prejudicialmente animais e produtos de origem animal</p>	<p>1 O SV não dispõe de centro de triagem de amostras e não conta com logística para envio tempestivo a laboratórios de referência.</p>	<p>1. O SV dispõe de centro de triagem de amostras para remessa a laboratórios de referência?</p> <p>2. O SV dispõe de adequada preparação e logística (incluindo material próprio) para envio tempestivo de amostras para diagnóstico e análises químicas? Checar evidências de que houve envio de amostras no tempo requerido.</p> <p>3. O SV dispõe de laboratório de diagnóstico próprio ou mantém convênio/contrato com laboratórios de diagnóstico público ou privado (Universidades, Institutos, etc.) para as principais doenças de controle oficial?</p> <p>4. O SV dispõe de diagnóstico de doenças não relacionadas a programas sanitários, mas de interesse do sistema agroprodutivo estadual ou saúde pública?</p> <p>5. Há evidências de mecanismo eficiente de retorno tempestivo dos resultados (lab-UC-UVL - produtor)?</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>
	<p>2 O SV dispõe de centro de triagem de amostras, com logística para envio a laboratórios de referência, porém há evidências de falhas no processo que prejudicam a conclusão da investigação.</p>	
	<p>3 O SV dispõe de centro de triagem de amostras, com logística para envio a laboratórios de referência, mas ocasionalmente ocorrem falhas na logística de recebimento e/ou envio de material, mas que não prejudicam a conclusão da investigação. Há comunicação do diagnóstico final da enfermidade ao produtor em algumas situações.</p>	
	<p>4 O SV dispõe de centro de triagem de amostras, com logística para envio tempestivo a laboratórios de referência. O SV dispõe de laboratório de diagnóstico próprio para algumas doenças de controle oficial ou mantém convênio/contrato com laboratórios de diagnóstico de outras instituições. Há comunicação tempestiva do diagnóstico final da enfermidade ao produtor na maioria das situações.</p>	
	<p>5 O SV dispõe de centro de triagem de amostras, com logística para envio tempestivo a laboratórios de referência. O SV dispõe de laboratório de diagnóstico próprio para a maioria das doenças de controle oficial e outras doenças de importância para seu sistema agroprodutivo e/ou para saúde pública ou mantém convênio/contrato com laboratórios de diagnóstico de outras instituições. Há comunicação tempestiva do diagnóstico final da enfermidade ao produtor.</p>	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.4.1. Sistema de Informação em Zoossanitária e Epidemiologia (estrutura, organização e funcionamento)</p> <p>Capacidade do serviço veterinário em organizar e observar os fluxos estabelecidos de informações epidemiológicas e realizar análises que subsidiem a gestão zoossanitária</p>	<p>1</p> <p>O SV não dispõe de setor de epidemiologia e informação em saúde animal implantado. As atividades são realizadas de forma incompleta e por servidores não capacitados. Não houve treinamento internos para uso do e-SISBRAVET. As notificações e ocorrências não são registradas nos prazos determinados. Os registros das notificações e ocorrências das doenças das categorias 1, 2 e 3 apresentam não conformidades graves. Não há verificação e acompanhamento dos registros pela UC, nem orientações para correções.</p>	<p>1. A UC dispõe de setor de Epidemiologia e Informação em Saúde Animal estruturado e organizado (existência de pontos focais atuantes, normas específicas, organograma definido, atribuições formalizadas, técnicos com formação/experiência na área e em número suficiente para o atendimento de demandas)?</p> <p>2. Houve treinamento do e-SISBRAVET para capacitação dos MV das UVLs para descentralização dos registros de investigação? Qual o % de MV capacitados hoje no SVO?</p> <p>3. Quantos MV estão cadastrados no e-SISBRAVET, por perfil? (verificar % de UVLs cadastradas) Qual a distribuição no SVE dos MV capacitados a utilizar o e SISBRAVET?</p> <p>4. O SVE está realizando regularmente os registros de doenças investigadas no e-SISBRAVET? Todas as doenças de notificação imediata e dos programas de vigilância estão sendo registradas corretamente no e-SISBRAVET, para doenças dos animais terrestres, e nos formulários de investigação, para doenças de animais aquáticos?</p> <p>5. Há acompanhamento pelos pontos focais de Epidemiologia e dos programas, da UC ou regional, dos registros no e-SISBRAVET, de acordo com o manual do usuário, Fichas Técnicas e normas oficiais? Há capacidade para orientações adequadas e oportunas para correções e acompanhamento de retificações?</p> <p>6. As ocorrências são acompanhadas por meio de atendimentos frequentes e são encerradas de forma oportuna e com a inclusão de laudos e outros documentos necessários?</p> <p>7. O SVE elabora relatórios de análise da vigilância passiva? Utiliza os dados da exportação do e-SISBRAVET para elaboração de relatórios e análises? Que tipo de relatório ou documento é produzido, qual a frequência, objetivo e público-alvo? Existe algum apoio de universidades ou institutos para análises epidemiológicas dos dados?</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>
	<p>2</p> <p>O SV não dispõe de setor específico para epidemiologia e informação em saúde animal, mas há profissionais de outros setores que executam parcialmente as atribuições necessárias, porém sem capacitação na área. Houve treinamento parcial para uso do e-SISBRAVET mas seu uso não está adequadamente estabelecido, não sendo utilizado na maioria das UVLs. A maioria das notificações e ocorrências não é registrada nos prazos determinados. Os registros de notificações e ocorrências da maioria das doenças das categorias 1, 2 e 3 apresentam não conformidades frequentes. Há falhas na verificação e acompanhamento eventual dos registros, na capacidade e oportunidade de orientações, com demora na obtenção de correções, pela UC. Não há elaboração rotineira de análises ou relatórios de dados zoossanitários pela UC.</p>	
	<p>3</p> <p>O SV dispõe de setor de epidemiologia e informação em saúde animal implantado, com pessoal capacitado, porém ainda insuficiente para atender plenamente as atribuições necessárias. Houve treinamento para uso do e-SISBRAVET e seu uso está sendo gradativamente ampliado e estabelecido nas UVLs. A maioria das notificações e ocorrências é registrada nos prazos determinados. Os registros das notificações e ocorrências da maioria das doenças das categorias 1, 2 e 3 apresentam algumas não conformidades esporádicas. Há boa verificação e acompanhamento dos registros, capacidade de orientar oportunamente com correções obtidas com pouco atraso, pela UC. Há elaboração de análises ou relatórios de dados zoossanitários, de forma esporádica pela UC.</p>	
	<p>4</p> <p>O SV dispõe de setor de informação e epidemiologia implantado, organizado e com pessoal bem capacitado, suficiente para atender a maior parte das atribuições necessárias. Houve amplo treinamento para uso do e-SISBRAVET e seu uso está estabelecido na maioria das UVLs. A maioria das notificações e ocorrências é registrada nos prazos determinados. Os registros das notificações e ocorrências das doenças das categorias 1, 2 e 3 apresentam poucas não conformidades. Verificação e acompanhamento sistemático dos registros, capacidade de orientar e obter correções oportunas, pela UC. Há elaboração rotineira de análises ou relatórios de dados zoossanitários pela UC. Utiliza apoio de especialistas de forma esporádica para análises e pesquisas epidemiológicas.</p>	
	<p>5</p> <p>O SV dispõe de setor de epidemiologia e informação em saúde animal implantado, organizado e com pessoal bem capacitado, suficiente para atender plenamente as atribuições necessárias. Houve amplo treinamento para uso do e-SISBRAVET e seu uso está estabelecido em todas as UVLs. As notificações e ocorrências são registradas nos prazos determinados. Os registros das notificações e ocorrências das doenças das categorias 1, 2 e 3 são adequados. Verificação e acompanhamento sistemático e eficiente dos registros, capacidade de orientar oportunamente em todas as situações e obter eventuais correções imediatas, pela UC. Há elaboração rotineira de análises ou relatórios de dados zoossanitários. Utiliza apoio de especialistas continuamente para análises e pesquisas epidemiológicas.</p>	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	<p>1 Não há estudo de prevalência para brucelose e para tuberculose e o programa de vacinação contra brucelose não está implantado na UF.</p>	<p>Informação de pré-auditoria (DISR):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possui estudo de prevalência? Há mais de um estudo ? Houve queda significativa da prevalência entre estudos?
	<p>2 Há estudo de prevalência para brucelose e/ou para tuberculose. Não são realizadas as ações obrigatórias para brucelose e/ou o programa de vacinação não está implantado e não são realizadas as ações obrigatórias para tuberculose.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Possui um programa de vacinação implantado? • Qual índice de vacinação contra brucelose? • Quantidade de casos e focos de brucelose e tuberculose.
	<p>3 Há estudo de prevalência para brucelose e para tuberculose. São realizadas as ações obrigatórias para brucelose e para tuberculose. Nas UFs com prevalência de brucelose $\geq 2\%$ o programa de vacinação está implantado; nas UFs com prevalência de brucelose abaixo de 2% não há detecção e saneamento obrigatório de focos, previsto em legislação estadual, a partir de alguma ação de vigilância.</p>	<p>Programa de vacinação contra brucelose implantado: considera-se como implantado um programa com índices vacinais de pelo menos 60%, demonstrando estabilidade ou aumento gradual dos índices, durante período de pelo menos 5 anos.</p>
	<p>4 Há estudo de prevalência para brucelose. São realizadas ações obrigatórias para brucelose. Nas UF com prevalência acima de 5%, o índice de vacinação está acima de 80%; Nas UF com prevalência entre 2% e 5%, o índice de vacinação está acima de 80% e/ou há detecção e saneamento obrigatório de focos, previsto em legislação estadual, a partir de alguma ação de vigilância, porém, nem todos os focos são saneados ou estão em processo de saneamento; Nas UF com prevalência abaixo de 2%, há detecção e saneamento obrigatório de focos, previsto em legislação estadual, a partir de alguma ação de vigilância, porém, nem todos os focos são saneados ou estão em processo de saneamento. Há estudo de prevalência para tuberculose. São realizadas as ações obrigatórias para tuberculose. Realiza detecção e saneamento obrigatório de focos, previsto em legislação estadual, porém, nem todos dos focos são saneados ou estão em processo de saneamento.</p>	<p>Ações obrigatórias do PNCEBT:</p> <ul style="list-style-type: none"> • bloqueio (manual ou informatizado) da emissão de GTA para propriedades inadimplentes com a vacinação contra brucelose; • exigência de exames negativos para trânsito interestadual para finalidade de reprodução; • exigência de exames negativos para trânsito com finalidade de aglomerações (exceto feira, esporte e leilão de rebanho geral); • eliminação de animais positivos notificados. Em caso positivo, informar onde são eliminados (SIF, SIE, SIM ou propriedade). <p>1. O controle sobre o registro/declaração da vacinação contra brucelose é adequado?</p> <p>2. Fiscaliza propriedade inadimplente com a vacinação contra brucelose? Há previsão legal para penalização?</p>
	<p>5 Há estudo de prevalência para brucelose. São realizadas ações obrigatórias para brucelose. Nas UF com prevalência acima de 5%, o índice de vacinação está acima de 80% e há mais de um estudo que demonstra queda significativa da prevalência; Nas UF com prevalência entre 2% e 5%, o índice de vacinação está acima de 80% e/ou há detecção e saneamento obrigatório de focos com indenização, previsto em legislação estadual, a partir de alguma ação de vigilância, e os focos são saneados ou estão em processo de saneamento; Nas UF com prevalência abaixo de 2%, realiza detecção e saneamento obrigatório de focos com indenização, previsto em legislação estadual, a partir de alguma ação de vigilância, e os focos são saneados ou estão em processo de saneamento. Existem ações de incentivo à certificação de propriedades livres de brucelose.</p> <p>Há estudo de prevalência para tuberculose. São realizadas as ações obrigatórias para tuberculose. Há detecção e saneamento obrigatório de focos com indenização, previsto em legislação estadual, e os focos são saneados ou estão em processo de saneamento. Existem ações de incentivo à certificação de propriedades livres de tuberculose.</p>	<p>3. São realizadas ações de vigilância para detecção de focos (por ex.: exames em gado leiteiro, em recepção de laticínios, achados de abate/lesões sugestivas em frigorífico)?</p> <p>4. Há legislação estadual que regulamente a exigência de exames negativos para realização de aglomerações?</p> <p>5. Há previsão de saneamento obrigatório em legislação estadual?</p> <p>6. Os focos são saneados ou estão em processo de saneamento?</p> <p>7. Há previsão de indenização/compensação em legislação estadual?</p>

2.4. Prevenção, controle e		Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.4.3. PNCRH</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1	O SV não dispõe de mecanismos eficientes e tempestivos para diagnóstico da raiva. Não há cadastro de abrigos.	1. Há atendimento e registro de todas as notificações de síndrome nervosa? Verificar este atendimento (FORM-IN e Sisbravet).
	2	O SV não dispõe de mecanismos eficientes e tempestivos para diagnóstico da raiva. Há cadastro de abrigos, mas não há monitoramento.	2. As amostras coletadas ou recebidas de terceiros foram enviadas ao laboratório? Ver %. (verificar evidência de perda de amostras).
	3	O SV dispõe de mecanismos eficientes e tempestivos para diagnóstico da raiva. Há cadastro de abrigo e há monitoramento destes de forma parcial. Há material adequado para atendimento de suspeita.	3. Qual o prazo médio entre a coleta e o envio de amostras? Prazo entre a coleta e o diagnóstico da raiva? (Ideal: prazo entre coleta, envio e diagnóstico de IFD de 7 dias e da prova biológica de 45 dias)
	4	O SV dispõe de mecanismos eficientes e tempestivos para diagnóstico da raiva. Há cadastro de abrigo, e há atividade de monitoramento estratégico. Há material adequado para atendimento de suspeita. Possuem formalização do fluxo de informações com Secretaria de Saúde (municipal ou estadual) e há interação esporádica para atividades conjuntas.	4. Há diagnóstico diferencial das amostras negativas para raiva? Além de EEB, quais? 5. As atividades do programa são direcionadas às áreas de risco? 6. Os abrigos estão geolocalizados, mapeados e há histórico de monitoramento para cada um? Estas informações estão no sistema informatizado do SVE? Há atividades de monitoramento de abrigos e captura de morcegos? Qual a periodicidade (preconizado pelo manual ao menos uma vez ao ano)?
	5	O SV dispõe de mecanismos eficientes e tempestivos para diagnóstico da raiva. Há cadastro de abrigo e há atividade de monitoramento estratégico. Há material adequado para atendimento de suspeita. Possuem formalização do fluxo de informações com Secretaria de Saúde (municipal ou estadual) e a interação para atividades conjuntas é frequente. Há identificação e ações voltadas para as áreas silenciosas.	7. Há equipes aparelhadas para monitoramento, identificação e captura de morcegos em áreas de risco, de ocorrência ou consideradas de risco? Há material adequado para o atendimento de síndromes nervosas (material de necropsia apropriado para retirada do encéfalo)? 8. Os servidores que atuam no programa estão com a profilaxia atualizada contra a raiva (vacina e titulação)? 9. Há fluxo padronizado de informações com a Secretaria de Saúde (municipal ou estadual)? Há evidências de ações conjuntas, qual a frequência? 10. As ações perifocais são realizadas (checar os termos de vigilância, notificações)? 11. Há análise regular da existência de áreas com silêncio epidemiológico na UF (áreas com evidências de presença de abrigos e MH, de suscetíveis porém com ausente ou baixa notificação/ocorrência)? 12. Há ações educativas visando conscientização para notificação suspeitas nervosas e de mordeduras MH, e para vacinação em áreas de risco?

2.4. Prevenção, controle e		Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1	<p>O SV não realiza segregação, remoção e destinação de MRE nos estabelecimentos de abate de ruminantes sob SIE. O SV não realiza vigilância ativa da alimentação de ruminantes e não encaminha amostras negativas para raiva (de ruminantes susceptíveis) para diagnóstico de EET.</p>	<p>1. Há evidências da implementação de medidas para mitigação de risco para EEB nos matadouros sob SIE, vigilância ativa com coleta de amostras nos abates de emergência (Port. 447/2021) registros sistemáticos da quantidade de Material de Risco Específico (MER) segregada, removida e destinada , em cada estab. sob SIE)? Há legislação estadual específica?</p>
	2	<p>O SV não realiza segregação, remoção e destinação de MRE nos estabelecimentos de abate de ruminantes sob SIE. O SV realiza, esporadicamente, vigilância ativa da alimentação dos ruminantes mas as fiscalizações não são direcionadas para áreas de risco e encaminha parte das amostras negativas para raiva (de ruminantes susceptíveis) para diagnóstico de EET.</p>	<p>2. Qual proporção de amostras testadas para as EET em relação ao total de amostras negativas para raiva em ruminantes susceptíveis (bovinos negativos para a raiva acima de 24 meses, e pequenos ruminantes acima de 12 meses)</p>
	3	<p>O SV realiza segregação, remoção e destinação de MRE nos estabelecimentos de abate de ruminantes sob SIE. O SV realiza, rotineiramente, vigilância ativa da alimentação dos ruminantes sem direcionamento para áreas de risco com cumprimento parcial das metas e encaminha a maioria das amostras negativas para raiva (de ruminantes susceptíveis) para diagnóstico de EET.</p>	<p>3. Há análise das informações epidemiológicas e definição de áreas de risco na UF? E de acordo com estas análises são adotadas ações de vigilância da alimentação dos ruminantes?</p>
	4	<p>O SV realiza segregação, remoção e destinação de MRE nos estabelecimentos de abate de ruminantes sob SIE. O SV possui metas para execução de vigilância ativa da alimentação dos ruminantes direcionadas para áreas de risco com cumprimento total das metas, e encaminha todas as amostras negativas para raiva (de ruminantes susceptíveis) para diagnóstico de EET. Possui legislação estadual estabelecendo penalidades para o uso de alimentos proibidos para ruminantes.</p>	<p>4. Há fiscalizações de alimentos para ruminantes (cama de aviário e outros POA) em propriedades com fatores de risco ou em municípios ou áreas de risco? Existe planejamento ou metas de fiscalização? Verificar identificação individual ou coletiva dos animais expostos ao alimento, interdição, encaminhamento ao abate no prazo estabelecido, etc. Possui legislação estadual estabelecendo penalidades para o uso de alimentos proibidos para ruminantes?</p>
	5	<p>O SV realiza segregação, remoção e destinação de MRE nos estabelecimentos de abate de ruminantes sob SIE e há iniciativas para que estas ações sejam realizadas nos estabelecimentos sob SIM. O SV possui metas para execução de vigilância ativa da alimentação dos ruminantes direcionadas para áreas de risco com cumprimento total das metas, e encaminha todas as amostras negativas para raiva (de ruminantes susceptíveis) para diagnóstico de EET. Possui legislação estadual estabelecendo penalidades para o uso de alimentos proibidos para ruminantes.</p>	<p>5. Há controle (documental e físico) de animais importados procedentes de país de risco para EEB, que são ingressados e/ou já presentes na UF, quanto à localização, destinação e movimentação, e as propriedades são fiscalizadas a cada 6 meses? 6. Há ação educativa junto ao setor produtivo e profissionais visando conscientização quanto à notificação de suspeitas de síndromes neurológicas e proibição do uso de proteínas e gorduras de origem animal na alimentação dos ruminantes?</p> <p>OBS: Ruminantes susceptíveis são bovinos acima de 24 meses e pequenos ruminantes acima de 12 meses de idade. negativos ao diagnóstico de raiva.</p>

2.4. Prevenção, controle e	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.4.5. PNEFA</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para erradicar e prevenir a febre aftosa</p>	<p>1 Ações de vigilância são incipientes e não há controle adequado para as etapas de vacinação (ZLCV).</p>	<p>1. Verificação da validação das coordenadas das propriedades rurais de animais suscetíveis (pré-auditoria: Difa informará o percentual e validação)</p>
	<p>2 Não há planejamento das ações de vigilância com base na análise semestral das etapas de vacinação (ZLCV) e/ou dos componentes do sistema de vigilância. Há deficiências em sua execução e acompanhamento.</p>	<p>2. O Planejamento das ações de vigilância leva em consideração as 4 análises anuais que devem ser realizadas? (<i>vigilância a partir de notificações; vigilância em eventos de aglomeração; vigilância em abatedouros e vigilância em propriedades</i>). Quais são os controles e procedimentos estabelecidos para consolidação dos dados e execução das análises (relativo aos componentes do sistema de vigilância para FA)? (pré-auditoria: Difa informará análises da UF).</p>
	<p>3 Há um planejamento das ações de vigilância a serem executadas, com registros adequados, tendo como base a análise semestral das etapas de vacinação (ZLCV) e anual de alguns dos componentes do sistema de vigilância com retorno às Regionais, UVL e setor produtivo. Há deficiências em sua execução e acompanhamento. Deve possuir cadastro consolidado, atualizado rotineiramente e geolocalizado (acima de 80%), de pelo menos, bovinos e bubalinos.</p>	<p>2.1 Verificar se foram compartilhadas com os Regionais e UVL. Se as partes interessadas possuem conhecimento das análises (equipe gestora). (pré-auditoria: links para acesso aos vídeos das análises e indicadores).</p>
	<p>4 Há um planejamento das ações de vigilância a serem executadas, com registros adequados, tendo como base a análise semestral das etapas de vacinação (ZLCV) e dos quatro componentes do sistema de vigilância com retorno às Regionais, UVL e setor produtivo (equipe gestora estadual) com discussão, registro e implantação de melhorias para a etapa e vigilância do ano seguinte. Há poucas deficiências em sua execução e acompanhamento. Deve possuir cadastro consolidado, atualizado rotineiramente e geolocalizado (acima de 80%) de todas as espécies suscetíveis à febre aftosa.</p>	<p>3. O Planejamento das ações da vacinação leva em consideração as análises das etapas anteriores? (<i>Após cada etapa de vacinação, o SV deve realizar análise, com indicadores previstos pela DIFA, e discutir com as partes interessadas e estruturar estratégias para melhorar na etapa seguinte.</i>) Quais os controles e procedimentos estabelecidos para consolidação dos dados e execução das análises das etapas? (pré-auditoria: Difa informará as análises da UF).</p> <p>3.1 Verificar se foram compartilhadas com os Regionais e UVL e federação. Se todos possuem conhecimento das análises (equipe gestora). (pré-auditoria: links para acesso aos vídeos das análises e indicadores).</p>
	<p>5 Há um planejamento das ações de vigilância a serem executadas, com registros adequados, tendo como base a análise semestral das etapas de vacinação (ZLCV) e dos quatro componentes do sistema de vigilância com retorno às Regionais, UVL e setor produtivo (equipe gestora estadual) com discussão, registro e implantação de melhorias para a etapa e vigilância do ano seguinte. Há poucas deficiências em sua execução e acompanhamento. Deve possuir cadastro consolidado, atualizado rotineiramente e geolocalizado (acima de 80%) de todas as espécies suscetíveis à febre aftosa. Nos últimos três anos foi realizado/atualizado o estudo de identificação de áreas de risco e da identificação de propriedades "hubs" que direcionam o planejamento e a execução das ações de vigilância, com registros adequados.</p>	<p>4. Existe análise da rede de movimentação (hub) e estudo de identificação de áreas de risco? (pré-auditoria: Difa informará as análises da UF).</p> <p>4.1 Verificar se foram compartilhadas com os Regionais e UVL e se os veterinários possuem conhecimento das propriedades e áreas de risco identificadas na sua região.</p> <p>5. Os dados do PNEFA disponíveis no estado coincidem com aqueles informados ao MAPA? (pré-auditoria: Difa informará dados estaduais da vigilância e vacinação em nível de município).</p> <p>Verificar/contrapor <i>in loco</i> se os números das planilhas semestrais coincidem com os apresentados.</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.4.6. PNSA</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	<p>1</p> <p>Base cadastral incompleta, desatualizada. Menos de 50% das granjas comerciais estão registradas. Não realiza bloqueio de novos alojamentos de aves em estabelecimentos não registrados. Ações de vigilância de SRN incipientes . Não acompanha as ações de monitoramento de ocorrência salmonela em aves comerciais de corte, se aplicável, e não acompanha ações para certificação sanitária de salmonela e micoplasma em aves de reprodução, se aplicável.</p>	<p>1. Mantém a base cadastral de estabelecimentos avícolas atualizada, estratificada por categoria e espécie, número de núcleos, número de galpões, capacidade de alojamento e geolocalização padronizada ? (informação pré-auditoria)</p> <p>2. Qual o % de estabelecimentos avícolas comerciais registrados, dos qualificados ao registro (acima de 1000 aves), em relação ao total de estabelecimentos avícolas comerciais cadastrados? (inf. pré-auditoria) Realiza bloqueio (manual/ informatizado) de novos alojamentos para granjas que não atendam à legislação vigente (granjas que não tenham protocolado a solicitação de registro, ou que tenham protocolado, mas foram consideradas inaptas após fiscalização, ou que estejam fora do prazo de 30 dias para realização de adequações após fiscalização)?</p> <p>3. O SVE tem controle sobre o % de granjas vistoriadas em relação ao nº de granjas com protocolo de requerimento de registro apresentando?</p> <p>4. O SVE atende a todas as notificações de suspeita de SRN (IA e DNC) dentro do prazo de até 12h? EX: i) mortalidade ≥10% em até 72hs em qualquer estabelecimento de criação de aves domésticas ou em um único galpão do núcleo; ou ii) mortalidade elevada em populações de aves de subsistência, de exposição, de ornamentação, de companhia e silvestres ou de sítios de aves migratórias; ou iii) presença de sinais clínicos ou lesões (neurológicos, respiratórios ou digestórios) compatíveis com SRN, em quaisquer tipos de aves; ou iv) queda súbita ≥10% na produção de ovos e aumento de ovos malformados; ou v) resultado positivo de ensaio laboratorial em amostras colhidas durante quaisquer atividades de pesquisa não oficiais; ou vi) resultado positivo em testes sorológicos de vigilância ativa ou certificação, em laboratórios credenciados; vii) notificações de suspeitas de SRN recebidas pelos abatedouros.</p> <p>5. Realiza atividades de vigilância ativa para IA e DNC ? (Enquanto o novo plano de vigilância ativa não estiver implementado, considerar coleta de 10 lotes/mês de aves de descarte (reprodutoras e postura) e a realização de vigilância em aves de subsistência no raio de 10 Km de sítios de aves migratórias)?</p> <p>6. Acompanha as ações de vigilância para certificação de salmonelas e micoplasmas em estabs. de reprodução? Ex.: acompanha coletas de amostras realizadas pelo RT e /ou acompanha medidas de saneamento em lotes positivos (granjas e incubatórios)?</p> <p>7. Realiza controle sobre informações relativas à pesquisa de salmonelas em aves comerciais de corte (IN 20/2016)? ou seja, recebe resultados positivos dos laboratórios (credenciados ou próprios) e tem conhecimento do universo de lotes testados? Monitora a adoção dos procedimentos previstos quando da positividade para S. Typhimurium, S. Enteritidis, S. Gallinarum, S. Pullorum e salmonelas monofásicas em aves comerciais (fermentação e remoção da cama, limpeza e desinfecção, vazão sanitário mín. 15 dias, investigação, rastreamento lotes positivos)? Realiza as ações sob responsabilidade do SVO (emissão de GTA oficial, avaliação e providências em relação as informações prestadas pela empresa)?</p> <p>8. Tem cadastro de pontos de risco (sítios de aves migratórias, locais de aglomerações de aves, zoológicos, assentamentos, estabelecimentos que comercializam aves viva)? Estabelecimentos de aves vivas são fiscalizados conforme procedimento estabelecido pelo SVE? (com qual frequência)?</p> <p>9. Participa de ações de vigilância e de auditoria de compartimento, quando aplicável?</p>
	<p>2</p> <p>Base cadastral desatualizada. Entre 51 e a 60% das granjas comerciais estão registradas. Realiza bloqueio de novos alojamentos de aves em parte dos estabelecimentos não registrados. Ações de vigilância passiva de SRN realizadas com falhas que prejudicam a investigação. Cumpre parcialmente as metas de vigilância ativa de IA e DNC. Acompanha parcialmente as ações de monitoramento de ocorrência de salmonela em aves comerciais de corte, se aplicável, e acompanha parcialmente ações para certificação sanitária de salmonela e micoplasma em aves de reprodução, se aplicável.</p>	
	<p>3</p> <p>Base cadastral atualizada. Entre 61 e a 80% das granjas comerciais estão registradas. Realiza bloqueio de novos alojamento de aves em estabelecimentos não registrados. Ações de vigilância passiva de SRN realizadas com algumas falhas que não prejudicam a investigação. Cumpre as metas de vigilância ativa de IA e DNC, com algumas falhas. Acompanha as ações de monitoramento de ocorrências de salmonela em aves comerciais de corte, se aplicável, e acompanha ações para certificação sanitária de salmonela e micoplasma em aves de reprodução, se aplicável. Realiza cadastro de pontos de risco para a avicultura.</p>	
	<p>4</p> <p>Base cadastral atualizada. Entre 81 e a 90% das granjas comerciais estão registradas. Realiza bloqueio no sistema informatizado de novos alojamento de aves em estabelecimentos não registrados. Ações adequadas de vigilância passiva de SRN . Cumpre as metas de vigilância ativa de IA e DNC. Acompanha as ações de monitoramento de ocorrência e de testagem de salmonela em aves comerciais de corte, se aplicável, e acompanha ações para certificação sanitária de salmonela e micoplasma em aves de reprodução, se aplicável. Realiza cadastro de pontos de risco para a avicultura com eventual fiscalização em estabelecimentos que comercializam aves vivas.</p>	
	<p>5</p> <p>Base cadastral atualizada. Mais de 91% das granjas comerciais estão registradas. Realiza bloqueio no sistema informatizado de novos alojamento de aves em estabelecimentos não registrados. Ações adequadas de vigilância passiva de SRN. Cumpre as metas de vigilância ativa de IA e DNC. Acompanha as ações de monitoramento de ocorrência e de testagem para salmonela em aves comerciais de corte, se aplicável, e acompanha as ações para certificação sanitária de salmonela e micoplasma em aves de reprodução, se aplicável. Realiza cadastro de pontos de risco para avicultura e fiscaliza estabelecimentos que comercializam aves vivas, conforme procedimentos estaduais instituídos.</p>	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1 Não há cadastro de estabelecimentos de criação e controle de movimentação de pequenos ruminantes na UF.	<p>1. Existe cadastro de peq. ruminantes de propriedades sem bovinos? Como ocorrem atualizações deste cadastro (cadastramento fora da etapas de vacinação da FA e atualização cadastral, busca ativa por cadastro de peq. ruminantes, etc)? Verificar item cadastro.</p> <p>2. Há controle da movimentação de pequenos ruminantes de propriedades sem bovinos? E de peq. ruminantes de propriedades com bovinos? Verificar item controle de trânsito.</p> <p>3. Há programa estadual de sanidade implantado com diretrizes de vigilância para doenças de caprinos e/ou ovinos?</p> <p>4. Há interação com associações de criadores, comitês de sanidade e representações de pequenos ruminantes para incremento das ações do programa?</p>
	2 Há cadastro e controle de movimentação com deficiências.	
	3 Há cadastro e controle de movimentação adequados.	
	4 Há programa estadual para sanidade de caprinos e ovinos implantado, com legislação própria e ações específicas de vigilância.	
	5 Há cadastro e controle de movimentação adequados. Há programa estadual para sanidade de caprinos e ovinos implantado, com legislação própria e ações específicas de vigilância. O programa interage com os atores e instituições para a melhoria das ações do programa.	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1 Há deficiências expressivas de cadastro, controle de movimentação e fiscalização de eventos equestres. Não há investigação e saneamento de focos.	<p>1. Existe cadastro de equídeos em propriedades sem bovinos? Como é realizada a atualização cadastral?</p> <p>2. Há controle de movimentação? Como é feita a fiscalização eventos equestres?</p> <p>3. Notificações de suspeita de mormo e encefalites/encefalomielites são recebidas e atendidas? Qual percentual de focos com ações de interdição e saneamento nos últimos 2 anos? (Informação de pré-auditoria / rel. SISBRAVET)</p> <p>4. Qual percentual de focos alcança a desinterdição dentro dos critérios da legislação federal (2 exames consecutivos de toda a tropa, com intervalo de 30-60 dias para AIE e 21-30 dias para Mormo) (Informação de pré-auditoria / rel. SISBRAVET)</p> <p>5. Os procedimentos e métodos utilizados na eutanásia dos animais positivos e saneamento dos focos de AIE e Mormo atendem às normas de boas práticas, BEA e morte humanitária?</p> <p>6. Cumprem os prazos de validade de exames (AIE e Mormo) conforme estabelecido em normativa federal?</p> <p>7. Há propriedades controladas para AIE? Como é feita a fiscalização?</p> <p>8. O SVE realizou estudos epidemiológicos para AIE e/ou mormo? Em caso positivo, os resultados foram utilizados para orientação de ações de prevenção e controle?</p> <p>9. Iniciaram o levantamento de dados para os estudos para caracterização epidemiológica do Mormo? (análise de movimentação intra e interestadual, cadastro e caracterização dos sistemas de produção, criação e comercialização de equídeos, e locais de aglomeração incluindo sua distribuição espacial) (Referência: IN 06 de 16 de janeiro de 2018)</p> <p>10. O SVE concluiu o estudo de caracterização epidemiológica de mormo? (IN 06 de 16 de janeiro de 2018)</p>
	2 Há deficiências de cadastro, controle de movimentação e fiscalização de eventos equestres. Há poucas investigações e o saneamento de focos não ocorre de forma satisfatória e tempestiva.	
	3 Há cadastro específico com busca de propriedades com equinos. Há controle da movimentação e fiscalização dos eventos equestres com alguma deficiência. A maior parte das investigações e do saneamento dos focos ocorre de forma satisfatória e tempestiva.	
	4 Há cadastro consolidado, atualizado rotineiramente e com coordenadas geográficas. Há controle e fiscalização adequados da movimentação e dos eventos equestres. Há análises sobre movimentação intra e interestadual, caracterização dos sistemas de produção, criação e comercialização de equídeos, incluindo sua distribuição espacial. As notificações das doenças alvo do PNSE são investigadas adequadamente e os focos são saneados de forma satisfatória e tempestiva.	
	5 Há cadastro consolidado, atualizado rotineiramente e com coordenadas geográficas. Há controle e fiscalização adequados da movimentação e dos eventos equestres. Há análises sobre movimentação intra e interestadual, caracterização dos sistemas de produção, criação e comercialização de equídeos, incluindo sua distribuição espacial. As notificações das doenças alvo do PNSE são investigadas adequadamente e os focos são saneados de forma satisfatória e tempestiva. São realizadas análise e caracterização epidemiológica referentes às principais doenças.	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.4.9. PNSS</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	<p>1 Não possui cadastro do sistema produtivo de suínos, não realiza ações junto a Depósitos de Resíduos Sólidos Urbanos - DRSU e ações do Plano de Vigilância</p>	<p>ZONA LIVRE DE PSC: Plano Integrado de Vigilância de Doenças de Suínos aplicável apenas à zona livre de PSC.</p>
	<p>2 Possui cadastro deficiente do sistema produtivo de suínos. Não realiza ações junto a DRSU ou essas são incipientes. Apenas parte das ações do Plano Integrado de Vigilância é executada e com deficiências.</p>	<p>A DISS disponibilizará o plano definido para a UF a ser auditada (planilhas, plano de amostragem, etc) para possibilitar verificação de sua execução (indicadores, metas, etc)</p> <p>1- O OESA possui cadastro do sistema produtivo de suínos do estado, incluindo: cadastro da população de suínos, abatedouros frigoríficos de suínos, unidades de beneficiamento de carne e produtos cárneos suínos, fábricas de produtos não comestíveis, fábricas de ração, locais de aglomeração de suínos, e Depósito de Resíduos Sólidos Urbanos (DRSU)? (em parte contido em inf. pré-auditoria)</p>
	<p>3 Possui cadastro adequado do sistema produtivo dos suínos com poucas deficiências. Realiza a maioria das ações planejadas junto a DRSU assim como das ações do Plano Integrado de Vigilância, com poucas deficiências.</p>	<p>2- O cadastro da população de suínos está caracterizado segundo o Plano Integrado e possui classificação e finalidade: a) suinocultura tecnificada: terminação, UPL, CC, creche e GRSC; b) suinocultura não tecnificada: comércio local ou subsistência? integrado/cooperado ou independente? biossegurança, etc.? (em parte contido em inf. pré-auditoria)</p>
	<p>4 Possui cadastro adequado do sistema produtivo de suínos. Executa adequadamente as ações planejadas junto a DRSU e ações do Plano Integrado de Vigilância.</p>	<p>3- São feitas fiscalizações em DRSU? Existem metas estabelecidas de fiscalização? É possível verificar o percentual de lixões/DRSU fiscalizados e com que periodicidade? Há registros relativos à verificação da presença de suínos nesses locais e de ações adotadas para prevenir a circulação e retirada destes animais destes locais e medidas de mitigação de risco ? (em parte contido em inf. pré-auditoria)</p> <p>4- A partir da entrada em vigência (02/08/2021) do Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos, os componentes 1- Vigilância sorológica baseada em risco e 2-Inspeções em estabelecimentos de criação estão sendo executados de acordo com o preconizado no Plano e nos documentos complementares emitidos pelo DSA? (verificar: preenchimento adequado dos formulários padronizados; vigilância nas propriedades está de acordo com as planilhas de amostragem disponibilizadas pelo DSA? Os critérios para substituição e seleção de propriedades a serem amostradas ou inspecionadas estão sendo observados?; execução dos procedimentos de investigação complementar, caso necessário, está adequada?)</p>
	<p>5 Possui cadastro adequado do sistema produtivo de suínos. Executa adequadamente as ações planejadas junto a DRSU e ações do Plano Integrado de Vigilância. Possui regulamentação de temas específicos para sanidade de suínos. A capacitação abrange outra(s) doenças de interesse na suinocultura (além de PSC, PSA e PRSS).</p>	<p>5- Quanto ao componente 5- Vigilância sorológica em suínos asselvajados, o OESA mantém cadastro atualizado e realiza treinamento para os Agentes de Manejo Populacional, incluindo colheita de amostras sorológicas e doenças de notificação obrigatória? Quantos agentes cadastrados e quantos treinados? Qual a periodicidade dos treinamentos?</p> <p>6- O OESA tem conhecimento sobre a existência e distribuição de suínos asselvajados dentro do estado? Em caso afirmativo, O SV realiza análises da distribuição de asselvajados em relação à atuação dos agentes de manejo?</p> <p>7- Se houver GRSC, os critérios para certificação ou renovação da certificação atendem ao previsto na IN 19/2002? Inf. pré-auditoria)</p> <p>8- Existem normativas estaduais ou manuais de procedimentos operacionais padrão relativos a temas que envolvem a suinocultura (por exemplo: controle de suínos asselvajados, biossegurança em granjas comerciais)?</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças		Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1	<p>Não possui caracterização do sistema produtivo de suínos, fiscalização (propriedades e DRSU) e vigilância para doenças dos suínos ausentes. Não existem iniciativas para implantação do Plano Estratégico Brasil Livre de PSC.</p>	<p>ZONA NÃO LIVRE DE PSC: Plano Estratégico Brasil Livre de PSC aplicável apenas à zona não livre de PSC.</p> <p>1. O SV possui a caracterização do sistema produtivo de suínos do estado? (Cadastro da finalidade de criação: CC, UPL, creche, terminação, GRSC. Classificação entre integrado/cooperado ou independente, comercial ou de subsistência, tecnificado ou não tecnificado, biossegurança, etc) (Inf. pré-auditoria). A caracterização está registrada e disponível no sistema informatizado de cadastro?</p> <p>2. Há fiscalizações em propriedades e em Depósito de Resíduos Sólidos Urbanos - DSRU (pré-auditoria)? Qual a periodicidade? São verificadas questões relativas ao fornecimento de restos alimentares aos suínos e biossegurança? São dadas orientações sobre estes temas?</p> <p>3. As notificações estão sendo devidamente atendidas pelo SV (prazo, ações e registros) (pré-auditoria / rel SiSBRAVET) ?</p> <p>4. Há interação com demais atores envolvidos (médicos veterinários habilitados, agentes de manejo, setor produtivo, associações, etc.)?</p> <p>5. Se houver GRSC, as ações para a certificação ou renovação de certificação são realizadas pelo SVE? Atende ao previsto na IN 19/2002?</p> <p>6. Foram atendidas as premissas e foi formalmente oficializado o compromisso com a execução do Plano Estratégico Brasil Livre de PSC? (Institucionalização, Sustentação e Gestão Financeira e Fortalecimento das capacidades do SVO)</p> <p>7. A Equipe Gestora Estadual foi instituída? possui representantes de todos os setores envolvidos? realiza reuniões sistemáticas para a avaliação e operacionalização do Plano?</p> <p>8. O Plano estadual foi desenvolvido e aprovado pela Equipe Gestora Nacional e demais setores envolvidos?</p> <p>9. O SVE está apto a executar as atividades previstas no Plano estadual, já com a disponibilidade de equipamentos e insumos?</p> <p>10. A legislação e demais normas técnicas estaduais estão de acordo com a execução do Plano, principalmente com relação à utilização da vacina contra a PSC?</p> <p>11. Foram definidas metas e indicadores para a execução e acompanhamento das ações e atividades descritas no Plano estadual?</p>
	2	<p>Possui caracterização deficiente do sistema produtivo de suínos, fiscalização (propriedades e DSRU) e vigilância para doenças dos suínos deficientes. Não existem iniciativas para implantação do Plano Estratégico Brasil Livre de PSC.</p>	
	3	<p>Possui caracterização adequada do sistema produtivo de suínos, fiscalização (propriedades e DSRU) e vigilância para doenças dos suínos com algumas deficiências. Existem algumas iniciativas para implantação do Plano Estratégico Brasil Livre de PSC.</p>	
	4	<p>Possui caracterização do sistema produtivo de suínos, fiscalização (propriedades e DSRU) e vigilância para doenças dos suínos adequadas. Interage com demais atores envolvidos. O Plano Estratégico Brasil Livre de PSC está em execução.</p>	
	5	<p>Possui caracterização do sistema produtivo de suínos, fiscalização (propriedades e DSRU) e vigilância para doenças dos suínos consolidadas. Interage com demais atores envolvidos. Possui regulamentação de temas regionais e legislações específicas para sanidade dos suínos. Há capacitação e disponibilização de informações para doenças exóticas de interesse da suinocultura. O Plano Estratégico Brasil Livre de PSC está em execução e existe previsão de avanço para a fase de consolidação.</p>	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>Autoridade do SV em realizar a vigilância ativa de ficotoxinas e microorganismos patogênicos de importância para a saúde pública em moluscos bivalves destinados à alimentação humana.</p>	<p>1 A estruturação necessária para o funcionamento do PNCMB não foi iniciada e o risco à saúde dos consumidores de moluscos bivalves é totalmente desconhecido.</p>	<p>1. As áreas aquícolas licitadas para cultivo ou extrativismo de moluscos bivalves estão cadastradas no OESA? 2. O SV observou o roteiro de implementação do PNCMB (Memorando Circular nº55/2016/DSA – pré - auditoria processo SEI nº 21000.038125/2016-58) 3. Foi criado um comitê estadual consultivo? 4. Foram definidos pontos de coleta e áreas de monitoramento de contaminantes considerando-se padrões oceanográficos, potenciais fontes de poluição e densidade das áreas aquícolas? 5. A periodicidade das coletas de amostras de moluscos bivalves e de água do mar respeita a frequência mínima quinzenal ou possui embasamento técnico-científico para execução? 6. Há capacidade laboratorial disponível e logística adequada para as análises de ficotoxinas (saxitoxina e derivados, ácido ocadáico e derivados, yessotoxinas, azaspirácidos, ácido domóico e brevetoxinas), de Escherichia coli e de microalgas nocivas? 7. As interdições de áreas de monitoramento são feitas tempestivamente, evitando-se que a matéria-prima contaminada chegue ao estabelecimentos de inspeção ou aos consumidores? 8. Há registros das documentações de trânsito que comprovam o encaminhamento dos moluscos bivalves a estabelecimentos de inspeção registrados e adaptados para o processamento de moluscos bivalves? 9. Há registros das documentações de trânsito que comprovam a retirada dos moluscos bivalves apenas de áreas com resultados em conformidade com o PNCMB? 10. Há transparência em relação aos consumidores e órgãos locais sobre a condição de retirada das áreas de monitoramento, resultados e a qualidade dos moluscos bivalves destinados à alimentação? As informações estão facilmente acessíveis em mapas, sites ou aplicativos? É feita adequada comunicação de risco quando resultados não conformes são identificados? 11. Há integração com a vigilância sanitária e órgãos de extensão rural para educar a sociedade e coibir a comercialização de moluscos bivalves em condição irregular? 12. Há integração com órgãos de saúde para investigação de notificações de suspeita de intoxicação por consumo de moluscos bivalves?</p>
	<p>2 A estrutura necessária para o funcionamento do PNCMB está parcialmente estabelecida com deficiências na execução do plano amostral por falhas operacionais ou ausência de capacidade diagnóstica.</p>	
	<p>3 A estrutura necessária para o funcionamento do PNCMB está parcialmente estabelecida com algumas deficiências na execução do plano amostral e com total capacidade diagnóstica, porém não há inspeção sanitária e ou garantias de rastreabilidade em relação ao produto final.</p>	
	<p>4 A estrutura necessária para o funcionamento do PNCMB está estabelecida sem deficiências na execução do plano amostral e com capacidade diagnóstica, há inspeção sanitária e garantias de rastreabilidade em relação ao produto final. Entretanto, existem falhas na comunicação de risco e ou ausência de integração com outros órgãos locais, comprometendo a transparência quanto à qualidade do produto final.</p>	
	<p>5 A estrutura necessária para o funcionamento do PNCMB está estabelecida sem deficiências na execução do plano amostral e com capacidade diagnóstica, há inspeção sanitária e garantias de rastreabilidade em relação ao produto final. Há adequada comunicação de risco em casos de detecção de inconformidades, transparência quanto à qualidade do produto final e integração com órgãos para investigação de notificações de casos humanos de intoxicação.</p>	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças		Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.4.11. Aquicultura com Sanidade</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças de interesse nacional e da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1	Não há cadastro e controle da movimentação de animais aquáticos.	1. Há responsável pelo Programa de Aquicultura com Sanidade formalmente designado no SV?
	2	Há cadastro e controle de movimentação deficientes.	2. O SV foi treinado para a execução do Programa Aquicultura com Sanidade?
	3	Há cadastro e controle de movimentação adequados.	3. O sistema informatizado contempla possibilidade de cadastro e registro da movimentação dos animais aquáticos – ver item 2.3.2?
	4	Há cadastro, controle de movimentação adequados e atividades de vigilância com algumas deficiências.	4. O SV já executa cadastro de animais aquáticos? Qual a % de estabelecimentos cadastrados em relação ao universo produtivo aquícola (pré-auditoria – indicar fonte da informação)? O cadastro contempla todas as espécies exploradas no estado? Quais são as espécies mais importantes?
	5	Há cadastro, controle de movimentação e atividades de vigilância adequados demonstrando a efetividade das ações, os dados são analisados e servem de base para inovações e incrementos progressivos. O programa interage com os atores e instituições para a obtenção de resultados.	5. Quais as exigências para abertura de cadastro? (Preenchimento do Anexo I e seus formulários de informações cadastrais da IN 04/15). Há evidências do preenchimento? Obs. Reconhecendo-se a extensão dos formulários do Anexo I, podem ser válidos cadastros mais simplificados.

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças		Níveis de avanço	
<p>2.4.12. PNSAb</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1	<p>Não possui cadastro de apiários e meliponários. Não é realizado o controle de movimentação para colmeias e rainhas. Não possui equipes treinadas com EPI adequado para atendimento de suspeitas</p>	<p>1. Há cadastro de apiários e meliponários? comparar nº de apiários cadastrados no SVE com o de apiários de acordo com o IBGE e associações/federações de apicultura.</p>
	2	<p>Possui cadastro de apiários e meliponários incipiente. Não é realizado o controle de movimentação para colmeias e rainhas. Não possui equipes treinadas com EPI adequado para atendimento de suspeitas.</p>	<p>2. O SVE busca ativamente a implementação de cadastros apícolas? Verificar se há cadastros de estabelecimentos que beneficiam produtos de abelhas e derivados, e outros cadastros. Na atualização anual de cadastro, é questionado se há colmeias ou apiários na propriedade?</p>
	3	<p>Possui cadastro de apiários e meliponários incompleto ou desatualizado. É realizado o controle incipiente de movimentação de colmeias e rainhas. Possui equipes treinadas com EPI adequado e realiza atendimento de suspeitas.</p>	<p>3. Há estabelecimentos que beneficiem produtos de abelhas e derivados registrados junto ao SIE/SVE? É obrigatório o cadastro de apicultor aos produtores que entregam mel nesses estabelecimentos?</p>
	4	<p>Possui cadastro de apiários e meliponários atualizado. É realizado o controle da movimentação de colmeias e rainhas. Possui equipes treinadas com EPI adequado e realiza atendimento de suspeitas. Realiza vigilância ativa com metas estabelecidas. O SVE interage com os atores e instituições ligados à apicultura e meliponicultura.</p>	<p>4. É realizada a emissão de GTA para movimentação de apiários, meliponários e rainhas? Verificar item controle de trânsito. Quantas GTAs foram emitidas?</p> <p>5. Executa alguma ação de vigilância para as doenças das abelhas? Existem metas e estão sendo cumpridas?</p>
	5	<p>Possui cadastro de apiários e meliponários atualizado. É realizado o controle de movimentação de colmeias e rainhas. Possui equipes treinadas com EPI adequado e realiza atendimento de suspeitas. Há um diagnóstico de situação para direcionamento da vigilância ativa com metas estabelecidas. O SVE interage com os atores e instituições ligados à apicultura e meliponicultura, promovendo estudos e desenvolvimento de pesquisas em sanidade de abelhas.</p>	<p>6. Há um diagnóstico de situação que permita o direcionamento de ações?</p> <p>7. O SVE conta com EPIs e servidores capacitados para executar atividades em apiários e meliponários?</p> <p>8. Foram registradas notificações e investigações relacionadas à saúde das abelhas?</p>

3.1. Interação com a comunidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>3.1.1. Educação em saúde animal e comunicação social (divulgação e publicidade)</p> <p>Capacidade do SV de manter informadas às partes interessadas, em tempo e de forma transparente e efetiva, em relação às atividades e programas sob sua atribuição e à evolução dos temas de saúde animal, bem estar animal e segurança alimentar</p>	<p>1 O SV não dispõe de setor responsável e não executa ações de educação em saúde animal e comunicação social.</p>	<p>1. Há setor responsável para desenvolver e coordenar ações e projetos de educação em saúde animal ? e de comunicação social?</p>
	<p>2 O SV não dispõe de um setor responsável, entretanto desenvolve ações planejadas esporádicas de educação em saúde animal e comunicação social.</p>	<p>2. Há ações e projetos de educação em saúde animal? e de comunicação social? (em saúde animal, bem estar animal e saúde pública) conduzidos pelo nível central? Em quantas unidades descentralizadas há ações e projetos em andamento?</p>
	<p>3 O SV dispõe de um setor responsável e confecciona algum material sobre educação em saúde animal e comunicação social ofertados de forma irregular. São executadas ações planejadas de educação em saúde animal para as principais doenças, porém sem completa abrangência territorial. A comunicação social ocorre de forma esporádica e as informações disponibilizadas não são regularmente atualizadas.</p>	<p>3. Quais materiais de educação em saúde animal e comunicação social foram elaborados nos últimos 3 anos (mídias, álbuns seriados, banners, cartazes, folders, cartilhas)? Estão disponíveis em todas as UVLs e qual o critério para distribuição às UVLs e ao público alvo?</p> <p>4. As ações de educação em saúde animal constam no planejamento da UC? e de comunicação social? Como é feito o acompanhamento do seu cumprimento?</p>
	<p>4 O SV dispõe de um setor responsável e confecciona materiais sobre educação em saúde animal e comunicação social ofertados com regularidade. O SV executa projetos e ações de educação em saúde animal e comunicação social, inseridos em um planejamento anual. -O SV fornece informações atualizadas, acessíveis via internet e outros canais apropriados.</p>	<p>5. Quais as ações desenvolvidas sobre educação em saúde animal e comunicação social (palestras, dias de campo, reuniões, participação em programas de rádio, TV ou outros meios de divulgação)? Para quais programas (animais terrestres e aquáticos)? A UC disponibiliza apresentações padronizadas para uso das UVLs?</p>
	<p>5 O SV dispõe de um setor responsável, realiza capacitações e confecciona materiais sobre educação em saúde animal e comunicação social atualizados e oferecidos com regularidade. O SV executa projetos de educação em saúde animal e comunicação social inseridos em um planejamento anual. O SV fornece informações atualizadas, acessíveis via internet e outros canais apropriados. O SV avalia e revisa regularmente seus projetos e seu planejamento de educação em saúde animal e comunicação social com retroalimentação do público envolvido para reorientar suas ações.</p>	<p>6. No projeto educativo executado, houve metodologia para avaliar sua eficácia nos últimos anos? Os resultados das ações educativas ou de comunicação (ainda que ações isoladas) são analisados e utilizados para reorientar os projetos?</p> <p>7. Quais ações de comunicação social desenvolvidas para divulgação das atividades, legislações e programas: (campanhas publicitárias, fóruns, seminários, websites, redes sociais e outros canais apropriados)?</p>

3.1. Interação com a comunidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>3.1.2. Participação da comunidade e consulta às partes interessadas</p> <p>Capacidade do SV de consultar efetivamente as partes interessadas em relação às atividades e programas, ao desenvolvimento e evolução dos temas de saúde animal e segurança alimentar</p>	<p>1</p> <p>O SV não interage com a comunidade, organizações do setor agro produtivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. Não há mecanismos de consulta às partes interessadas. Não existem comitês/conselhos sobre sanidade animal ativos.</p>	<p>1. Há interação com a comunidade, organizações do setor agro produtivo e outras instituições relacionadas com saúde animal? (Nível central e Local) Ex.: veterinários privados, associações de criadores/produtores, sindicatos, cooperativas agropecuárias, sociedades rurais, fundos de saúde animal, federações de agricultura, câmaras técnicas de cadeias produtivas, CRMV, universidades, empresas de pesquisa, órgãos de extensão rural, órgãos do meio ambiente, etc. Há participação dessas partes interessadas em grupos de trabalhos ou atividades conjuntas?</p> <p>2. Existem comitês/conselhos ativos? Ex.: conselhos de saúde animal ou sanidade agropecuária, conselhos de saúde humana, comitês relacionados aos programas sanitários: sanidade avícola (COESA), sanidade de suínos (COESUI), AIE/PNSE (CECAIE), comitê estadual de sanidade de animais aquáticos e outros.</p> <p>2.1. Em caso positivo, verificar a frequência de reuniões e se há participação efetiva de membros do SVO (SVE e SFA). Verificar convocações, pautas, atas de reuniões ou listas de presença.</p> <p>3. O SV possui mecanismos de consulta às partes interessadas sobre estratégias dos programas sanitários ou legislações estaduais? Como são colhidas e tratadas as propostas e opiniões do setor privado? Há algum exemplo de proposta/opinião considerada?</p> <p>4. Há submissão das legislações estaduais à consulta pública? Há exemplos de atos normativos elaborados sob consulta pública ou com a participação do setor privado?</p> <p>5. Verificar se interações/parcerias interferem na independência e autoridade do serviço. (relacionado com o item 1.1.4.)</p> <p>6. Ocorre participação do SV em audiências públicas em todos os níveis (federal, estadual, municipal)?</p> <p>7. Participação e representação do SV e das organizações do setor privado em fóruns nacionais e internacionais (ENDESA, FONESA, COSALFA países fronteiriços)?</p> <p>8. Realizam consulta aos usuários (parceiros, comerciais, produtores rurais, médicos veterinários privados e público em geral) quantos aos impactos e resultados das decisões tomadas pelo SV?</p>
	<p>2</p> <p>O SV interage de forma esporádica e informal com a comunidade, organizações do setor agro produtivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. Não há mecanismos de consulta às partes interessadas. Não existem comitês/conselhos sobre sanidade animal ativos.</p>	
	<p>3</p> <p>O SV interage com a comunidade, organizações do setor agro produtivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. O SV consulta as partes interessadas, eventualmente, sobre estratégias dos programas sanitários ou legislações estaduais. Há comitês/conselhos ativos para alguns programas/cadeias produtivas.</p>	
	<p>4</p> <p>O SV interage regularmente com a comunidade, organizações do setor agro produtivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. O SV consulta regularmente as partes interessadas sobre estratégias dos programas sanitários e legislações estaduais. Há comitês/conselhos ativos para a maioria dos programas/cadeias produtivas.</p>	
	<p>5</p> <p>O SV interage regularmente e de forma planejada com a comunidade, organizações do setor agro produtivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. O SV consulta regularmente as partes interessadas sobre estratégias dos programas sanitários e legislações estaduais. Submete as legislações estaduais à consulta pública. Há comitês/conselhos ativos para a maioria dos programas/cadeias produtivas no nível central e local.</p>	

3.2. Interação com os médicos veterinários		Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p data-bbox="112 800 463 898">3.2.1. Habilitação e cadastramento dos médicos veterinários</p> <p data-bbox="92 1121 483 1262">Autoridade e capacidade do SV em habilitar/autorizar/delegar ao setor privado tarefas oficiais em seu nome</p>	1	O SV não concede ou não participa da concessão ao setor privado de habilitação / cadastramento / delegação para realizar tarefas oficiais.	<p data-bbox="1792 695 2873 1388">1. O SV concede ou participa da concessão de habilitação / cadastramento / delegação de atividades? 2. O SV tem regulação própria para conceder habilitação / cadastramento / delegação e respectivas revogações ? 3. Para quais atividades? 4. São atendidos os pré-requisitos legais para habilitação / cadastramento / delegação ? 5. A relação de profissionais habilitados e cadastrados está disponível a todas as unidades do SV e ao público externo? 6. O SV monitora, fiscaliza e adota medidas corretivas/punitivas ? Toma providências em caso de infrações? Há previsão legal para penalização? Atividade de monitoramento e fiscalização destes profissionais está inserida em um planejamento ? rticipa ou realiza capacitações e atualizações destes profissionais ? De que maneira ? Existe um planejamento para aprimoramento da interface e fortalecimento da vigilância ? 8. Os profissionais utilizam o sistema informatizado do SV? Para quais ações? Qual nível/perfil de acesso? Quais controles o SV possui sobre as atividades delegadas? 9. Os profissionais realizam notificações de enfermidades ? Existe regularidade ? De que forma é feita ? 10. Qual interação existe entre SV e CRMV para apuração dos desvios de conduta? Verificar participação nos processos.</p> <p data-bbox="1792 1430 2852 1535">OBS: Atividades delegáveis: emissão de GTA (terrestres e aquáticos), MVs habilitados e cadastrados para PNCEBT e PNSE, MVs credenciados para CIS-E. MVs habilitados para programas de animais aquáticos (IN 26/2014).</p>
	2	O SV concede ou participa da concessão ao setor privado de habilitação / cadastramento / delegação, mas não exerce nenhum controle sobre as atividades delegadas.	
	3	O SV tem regulamentação própria para algumas das atividades delegadas e adota procedimentos para conceder ao setor privado habilitação / cadastramento / delegação, monitora de forma regular, fiscaliza e adota medidas corretivas/punitivas esporadicamente.	
	4	O SV tem regulamentação própria para a maioria das atividades delegadas e adota procedimentos para conceder ao setor privado habilitação / cadastramento / delegação, monitora e fiscaliza de forma regular e adota medidas corretivas/punitivas. Os profissionais participam do sistema de notificação com regularidade.	
	5	O SV tem regulamentação própria para todas as atividades delegadas e adota procedimentos para conceder ao setor privado habilitação / cadastramento / delegação, monitora e fiscaliza de forma regular e adota medidas corretivas/punitivas. Os profissionais participam do sistema de notificação com regularidade. Há um planejamento para aprimoramento da interface e fortalecimento das ações de vigilância.	

3.3. Interação com instituições	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>3.3.1. Sistema de inspeção (seguridade alimentar)</p> <p>Capacidade do SV de interagir com o serviço de inspeção de produtos de origem animal de modo a gerar resultados concretos e efetivos que tragam impacto positivo para o desempenho de suas próprias funções, especialmente de vigilância e controle de doenças em animais, garantia da saúde pública e proteção aos consumidores de alimentos de origem animal</p>	<p>1 Não há fluxo de informações entre inspeção e o SV. Há interação pontual e esporádica com algum dos serviços de inspeção (federal, estadual ou municipal).</p>	<p>1. Quantos estabelecimentos (matadouros, laticínios e entrepostos de pescados) estão registrados nos serviços de Inspeção Sanitária (SIM, SIE e SIF) com acompanhamento de médico veterinário oficial? (Pré-auditoria) Quantos estão cadastrados no sistema informatizado do SVE?</p> <p>2. A emissão de GTAs para abate nesses estabelecimentos está vinculada ao registro nos respectivos serviços de inspeção? Há fiscalizações e checagens de dados para coibir abates sem GTAs?</p> <p>3. Ocorre notificação imediata pelos serviços de inspeção de suspeita de enfermidades de síndromes (vesicular, nervosa, hemorrágica dos suínos, respiratória e neurológica das aves)? Há alguma evidência de que isso tenha ocorrido nos últimos anos?</p> <p>4. Existe fluxo de informações sobre achados de inspeção (SIF, SIE, SIM) para a área de saúde animal ? Há comunicação sobre ocorrência de doenças para a inspeção? Existe um procedimento padronizado e institucionalizado para ambos os fluxos? Há registros?</p> <p>4. O SV utiliza as informações da inspeção para o direcionamento das ações de vigilância?</p> <p>5. Os Serviços de Inspeção executam as ações de sua competência previstas nos Programas de Saúde Animal? PNEEB (coleta tronco encefálico e remoção de MRE), PNCEBT e PNEFA (notificação de lesões compatíveis), PNSS (vigilância em reprodutores de descarte) e PNSA (vigilância em lotes com notificação de mortalidade).</p>
	<p>2 Há fluxo esporádico de informações entre o SV e algum dos serviços de inspeção e não há direcionamento das ações de vigilância. Algumas das ações de competência dos serviços de inspeção previstas nos programas de saúde animal estão implantadas em algum dos níveis de inspeção.</p>	
	<p>3 Há fluxo regular de informações entre o SV e algum dos serviços de inspeção que direcionam algumas ações de vigilância. A maioria das ações de competência dos serviços de inspeção previstas nos programas de saúde animal estão implantadas em algum dos níveis de inspeção.</p>	
	<p>4 Há fluxo sistematizado de informações entre o SV e pelo menos os serviços de inspeção estadual e federal que direcionam regularmente as ações de vigilância. As ações de competência dos serviços de inspeção previstas nos programas de saúde animal estão implantadas nos níveis estadual e federal.</p>	
	<p>5 Há fluxo de informações sistematizado entre o SV e os serviços de inspeção federal, estadual e municipal que direcionam regularmente as ações de vigilância. As ações de competência dos serviços de inspeção previstas nos programas de saúde animal estão implantadas nos níveis municipal, estadual e federal.</p>	

3.3. Interação com instituições		Níveis de avanço	Fontes de verificação
3.3.2. Sistema Único de Saúde (zoonoses, vigilância sanitária) Capacidade do SV de interagir com Unidades do Sistema de Saúde	1	Não há interação entre SUS e SV.	1. Existe fluxo de informações entre SV e o SUS (secretarias municipais e estadual de saúde)? Existe um procedimento estabelecido para ambos os fluxos? Há registros? (Ex. mormo, raiva, influenza aviária e suína, febre do nilo ocidental, tuberculose, brucelose, varíola, etc.) 2. Corre notificação imediata pelos serviços de saúde de suspeita ou ocorrência de doenças ou eventos (sistema de alertas rápidos - PNCMB) de interesse do SV? Há algum registro de que isso tenha ocorrido? 3. Correm reuniões e ações conjuntas com o SUS (em nível estadual/municipal)? Quais assuntos são abordados? Existe planejamento? 4. SV utiliza as informações do SUS, inclusive da fiscalização no varejo (produtos clandestinos), para o direcionamento das ações de vigilância? 5. SV e as secretarias municipais/estadual de saúde participam de conselhos que tratam de temas em comum?
	2	Há troca de informações de forma esporádica entre o SV e SUS. Reuniões, ações conjuntas e outras formas de interação são raras ou inexistentes.	
	3	Há troca regular de informações entre SV e SUS por meio de fluxo estabelecido para alguns temas. O SV participa de reuniões, ações conjuntas e outras formas de interação eventualmente.	
	4	Há troca regular de informações entre SV e SUS por meio de fluxo estabelecido para diversos temas. O SV participa de reuniões, ações conjuntas e outras formas de interação regularmente.	
	5	Há troca regular de informações entre SV e SUS por meio de fluxo estabelecido para diversos temas. O SV participa de reuniões e ações conjuntas e outras formas de interação sistematicamente. O SV e as secretarias municipais/estadual de saúde participam de conselhos que tratam de temas em comum. Há planejamento de ações conjuntas.	

4. Certificação sanitária	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>4.1. Capacidade de certificação</p> <p>Capacidade do SV de dar como certo o conteúdo de termos e certificados por ele emitidos, de modo a subsidiar a certificação oficial que garante acesso das mercadorias produzidas na UF aos mercados interno e externos</p>	<p>1 O SV não possui estrutura, procedimentos e controles que forneçam garantias para certificação sanitária de animais, produtos e sub-produtos de origem animal.</p>	<p>1. Para introdução do texto do item, informar o status sanitário da UF para FA, PSC e classificação para o PNCEBT (IN 10, 03-03-2017).</p>
	<p>2 O SV possui estrutura, procedimentos e controles com deficiências que comprometem o fornecimento de garantias para certificação sanitária de animais, produtos e sub-produtos de origem animal.</p>	<p>2. O estado aderiu ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBIPOA ? (incluir nº e classificação de estabelecimentos registrados e integrantes do SISBIPOA disponível em página do Mapa) (Pré-auditoria)</p>
	<p>3 O SV possui estrutura, procedimentos e controles com deficiências menores que não comprometem o fornecimento de garantias para certificação sanitária de animais, produtos e sub-produtos de origem animal.</p>	<p>3. A UF exporta mercadorias (animais, material genético, produtos e subprodutos de origem animal)? Quais? E para quais mercados? (Pré-auditoria)</p> <p>4. O SV tem conhecimento dos principais produtos exportados pelo estado, dos estabelecimentos habilitados para exportação na UF e para quais destinos?</p> <p>5. O SV dispõe de ferramentas e controles adequados para as garantias necessárias ao cumprimento de requisitos sanitários ?</p> <p>OBS: A pergunta de nº 5 acima pode ser considerada com relação a alguns dos requisitos de mercados importadores:</p>
	<p>4 O SV possui estrutura, procedimentos e controles que permitem o fornecimento de garantias para certificação sanitária de algumas mercadorias (animais, produtos e sub-produtos de origem animal) e para atendimento a exigências adicionais de determinados mercados importadores .</p>	<p>5.1. União Europeia: mais de 40 dias na última propriedade ERAS e mais de 90 dias na área habilitada, propr. constando na lista oficial para exportação para UE (bov);</p> <p>5.2. Chile : animais provêm de área habilitada ou permaneceram por pelo menos 90 dias na área habilitada (bov);</p> <p>5.3. Rússia criados sem utilização de ractopamina (sui)</p>
	<p>5 O SV possui estrutura, procedimentos e controles que permitem o fornecimento de garantias para certificação sanitária de ampla lista de mercadorias (animais, produtos e subprodutos de origem animal) e para atendimento a exigências adicionais de determinados mercados importadores .</p>	<p>5.4. União Econômica Euroasiática – UEE (Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia): - propriedades sem ocorrência de tuberculose e brucelose durante os últimos 6 meses (bov)</p> <p>6. O SVE fiscaliza adequadamente outros atores envolvidos na certificação ? (veterinários habilitados, RTs, certificadores, etc.)</p>